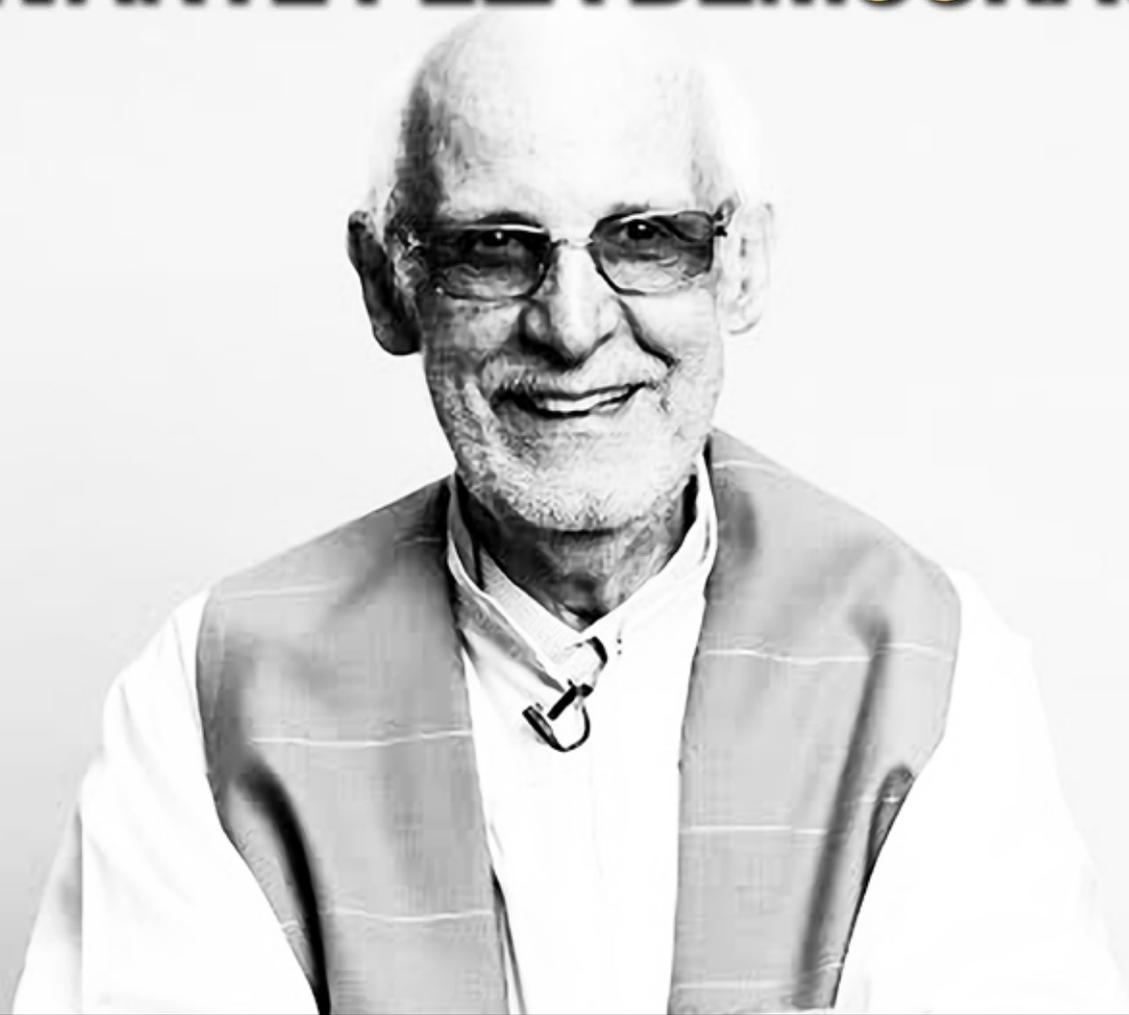


LEVANTE PELA DEMOCRACIA



Organizações da sociedade reagem à nova tentativa de Bolsonaro de ferir instituições

Dinheiro de origem ilegal financia os atentados planejados contra a democracia no Feriado da Independência

Em entrevista, o padre Júlio Lancelotti pede fim à campanha de ódio dos radicais do Planalto

Mário Ladeira

focus
BRASIL

Fundação Perseu Abramo 6 de Setembro de 2021 Nº 26

NESTA EDIÇÃO

Empresários abandonam o presidente da República

PIB cai de novo, mas Guedes jura que vai melhorar

Governo aumenta – de novo – a conta de luz

50 anos da estreia genial de Alceu Valença,

**INTERDITAR BOLSONARO
E REVOGAR A LEI DE
SEGURANÇA NACIONAL**

em defesa da vida
e da democracia

**NEGACIONISMO E
IRRESPONSABILIDADE
LEVAM BRASILEIROS
À MORTE**

Observatório
da Democracia

Fundação
Cristóvão

Fundação
Miguel

FUNDACÃO
Perseu Abramo

INSTITUTO
Cruz

LAURO CARRAS
E
MARIELLE FRANCO

FLA-AP

ASTROJILDO

Herbert Davis

**PAUTA
BRASIL**

**ASSISTA AO
PROGRAMA
PAUTA BRASIL**
SEGUNDAS, QUARTAS
E SEXTAS-FEIRAS
ÀS 17 HORAS

REALIZAÇÃO E
TRANSMISSÃO

FUNDACÃO
Perseu Abramo

transmissão

★

DCM Forth

TV 247

SIGA O CANAL DA REVISTA



NO YOUTUBE

**focus
BRASIL**

Uma publicação da Fundação Perseu Abramo

Diretor de Comunicação: Alberto Cantalice

Coordenador de Comunicação: David Silva Jr.

Produção: Oficina da Notícia

Editor-Chefe: Olímpio Cruz Neto

Colaboradores: Artur Araújo, Danilo Molina,
Isaías Dalle, Nathalie Nascimento,
Pedro Camarão e Ricardo Stuckert



**FUNDAÇÃO
Perseu Abramo**
Partido dos Trabalhadores

DIRETORIA EXECUTIVA

Presidente: Aloizio Mercadante

Vice-presidenta: Vivian Farias

Diretoras: Elen Coutinho e Jéssica Italoema

Diretores: Alberto Cantalice, Artur Henrique da Silva
Santos, Carlos Henrique Árabe, Jorge Bittar,
Luiz Caetano e Valter Pomar

CONSELHO CURADOR

Presidenta de honra: Dilma Rousseff

Presidente: Fernando Haddad

Conselheiros: Ana Maria de Carvalho Ademar, Arthur
Chioro dos Reis Fontenele, Arlete Sampaio, Azilton Viana,
Camila Vieira dos Santos, Celso Amorim, Dilson Peixoto,
Eleonora Menicucci, Eliane Aquino, Elisa Guaraná de
Castro, Esther Bemerguy de Albuquerque, Everaldo de
Oliveira Andrade, Fernando Pimentel, Fernando Ferro,
Francisco José Pinheiro, Iole Ilíada, José Roberto Paludo,
Lais Abramo, Luiza Borges Dulci, Maria Isolda Dantas de
Moura, Nabil Bonduki, Nilma Lino Gomes,
Paulo Gabriel Soledade Nacif, Penildon Silva Filho,
Sandra Maria Sales Fagundes, Sérgio Nobre,
Teresa Helena Gabrielli Barreto e Vladimir de Paula Brito

SETORIAIS

Coordenadores: Elisângela Araújo (Agrário),
Henrique Donin de Freitas Santos (Ciência e Tecnologia
e Tecnologia da Informação), Martvs Antonio Alves
das Chagas (Combate ao Racismo), Juscelino França
Lopo (Comunitário), Márcio Tavares dos Santos Chapas
(Cultura), Adriano Diogo (Direitos Humanos), Tatiane
Valente (Economia Solidária), Maria Teresa Leitão de
Melo (Educação), Alex Sandro Gomes (Esporte e Lazer),
Janaína Barbosa de Oliveira (LGBT), Nilto Ignacio Tatto
(Meio Ambiente e Desenvolvimento), Rubens Linhares
Mendonça Lopes Chapas (Pessoas com Deficiência),
Eliane Aparecida da Cruz (Saúde) e
Paulo Aparecido Silva Cayres (Sindical)

CONTATOS

webmaster@fpabramo.org.br

Telefone: (11) 5571-4299 Fax: (11) 5573-3338

Endereço: Rua Francisco Cruz, 234 Vila Mariana
São Paulo (SP) - CEP 04117-091

NESTA EDIÇÃO

A HORA É DE REVERTER OS RETROCESSOS

Livro da Fundação Perseu Abramo mostra o atraso geral do Brasil desde a derrubada de Dilma pelo impeachment fraudulento. A hora é de começar a reconstruir a Nação.

Página 22



Ricardo Stuckert

EDITORIAL. Lula se agiganta, enquanto o Bolsonaro radicaliza

Página 4

ENTREVISTA. Padre Júlio Lancelotti diz que país precisa ser mais solidário

Página 6

NEFASTO. Jair Bolsonaro faz novas ameaças a ministros do Supremo

Página 11

PATO REAGE. Empresários e setores da burguesia abandonam o governo

Página 14

RUBICÃO. Lewandowski alerta: para intervenção armada, pena é de prisão

Página 17

LIBERDADE. Bohn Gass diz que os símbolos são do povo, e não dos fascistas

Página 18

ISOLAMENTO. Pesquisas mostram a impopularidade crescente do presidente

Página 23

LULA. Cerqueira Leite reage à comparação de ex-presidente com genocida

Página 21

AMAZÔNIA. Um alerta geral para o avanço da destruição da floresta

Página 24

VERDE. José Carlos anuncia: PV vai propor agenda ambiental a Lula

Página 28

FAKE NEWS. Brasil precisa debater controle sobre a mentira e a desinformação

Página 30

MÍDIA. Regulação é direito, e não censura, adverte o jornalista Jean Wyllys

Página 34

ECONOMIA. Guedes conseguiu de novo: o PIB caiu neste 2º trimestre

Página 36

ENERGIA. Tolmasquim diz que só agora governo tem plano para enfrentar crise

Página 38

SEGURANÇA. O episódio de Araçatuba mostra hora de repensar as polícias

Página 40

HISTÓRIA. Em 2013, Dilma Rousseff sancionava a lei dos royalties do pré-sal

Página 43

CULTURA. Alceu Valença faz 50 anos de carreira e lembra Jackson do Pandeiro

Página 44

LUTO. Morre em São Paulo, aos 82 anos, o ator e ativista Sérgio Mamberti

Página 46



Ricardo Stuckert

BOLSONARO DESABA E RADICALIZA, ENQUANTO LULA SE AGIGANTA

Aloizio Mercadante

O desastre do governo Bolsonaro não se mede apenas pela tragédia da pandemia com mais de 582 mil mortos, mas também pela estagnação do PIB, que encolheu 0,1% no segundo trimestre deste ano. Se expressa igualmente na taxa

de endividamento das famílias, que bateu o recorde no primeiro semestre e no aumento da inflação, que só nos itens essenciais registrou aumento de 10,5% nos últimos 12 meses, comprometendo a renda dos mais pobres.

Outras consequências nefastas do desgoverno Bolsonaro são o desemprego, que assola a vida de mais de 14 milhões de

brasileiro, e os quase 6 milhões de desalentados. A redução da massa salarial é resultado da inflação alta com desemprego massivo, subemprego crescente e permanece 6% abaixo do patamar anterior à pandemia. Sem falar na chaga social que é a volta da fome, com 49,6 milhões de brasileiros em situação de insegurança alimentar moderada ou grave.

A crise também está sendo impactada pelo aumento das tarifas de energia e pela possibilidade real de um apagão, que poderá comprometer o patamar anêmico de crescimento. Se não chover muito, rápido e além das médias históricas, teremos mais uma tragédia patrocinada por esse desgoverno, que entre outros equívocos, paralisou investimentos, contrariou as recomendações técnicas e acabou com o horário de verão.

O desmonte do estado brasileiro, promovido por Bolsonaro, teve como alvo prioritário a ciência, a tecnologia e a própria educação, comprometendo o passaporte para a transição digital e a sociedade do conhecimento. Mesmo assim, o ministro da Economia ignora as exigências de um novo papel do estado, como está ocorrendo nas principais economias do mundo, e segue apostando na agenda neoliberal, na ortodoxia fiscal, nas privatizações e na retirada de direitos dos trabalhadores.

Pressionado por essa crise e pelo avanço de investigações contra si e contra seus familiares, Bolsonaro aposta mais do que nunca na radicalização e no ataque às instituições para fugir do impeachment e da ameaça da cadeia. Com a convocação dos atos do dia 7 de setembro, Bolsonaro começa a partir para o tudo ou nada. Tenta manter mobilizada sua base de fanáticos obscurantistas no afã de se segurar no cargo até o fim do mandato.

Mas, essa mobilização é

BOLSONARO APOSTA MAIS DO QUE NUNCA NA RADICALIZAÇÃO E NO ATAQUE ÀS INSTITUIÇÕES PARA FUGIR DO IMPEACHMENT E DA AMEAÇA DA CADEIA

também mais um capítulo do projeto Capitólio, tentando envolver setores das FFAA, das Polícias Militares e acumular forças para o enfrentamento golpista na derrota eleitoral em 2022, que está cada vez mais evidente. Apesar de ter perdido um instrumento fundamental de seu projeto autoritário, o voto impresso, Bolsonaro segue promovendo a estratégia do caos.

O caos e a falta de perspectivas são de tal ordem que até o setor financeiro e parte da indústria e do agronegócio, antigos fiadores do governo Bolsonaro, começam a pular fora do barco. Amplos setores do empresariado começam a romper e a se associar abertamente aos ex-bolsonaristas

tardios que tentam conformar a chamada terceira via, que permanece padecendo pela falta de votos e de propostas para o enfrentamento da grave crise que se aprofundou depois do golpe de 2016.

Todas as últimas pesquisas apontam o fortalecimento da candidatura de Lula e o derretimento de Bolsonaro. Lula ampliou sobre o ex-capitão quase um Ciro Gomes de diferença nas intenções de votos nos últimos meses. Segundo o PoderData, a aprovação do governo Bolsonaro chegou ao pior índice de avaliação positiva da série, apenas 27%, e a desaprovação é de 63%.

A campanha eleitoral será muito dura e difícil, mesmo com um cenário extremamente favorável para Lula. A eleição de Lula será a grande força capaz de pacificar o país. Lula é a esperança do povo brasileiro. Lula é a síntese de um Brasil profundo que ousou sonhar e chegar à universidade. Lula é o resgate de um projeto que assegurou luz, água, emprego, médicos, renda e comida no prato do povo. Lula é também o presidente que combinou estabilidade, crescimento com soberania e projeção internacional.

Lula lá será, portanto, o reencontro do Brasil com o sentimento de orgulho dos brasileiros e a retomada de um projeto de desenvolvimento justo e solidário. Será também a vitória da esperança sobre o ódio e o início da reconstrução nacional, com mais solidariedade, generosidade e oportunidades para todos e todas. •

“O NÍVEL DE INTOLERÂNCIA E VIOLÊNCIA ESTÁ DESCONTROLADO”

O homem que luta todos os dias contra a desigualdade no Brasil, ajudando moradores de rua e todos os desvalidos que cambaleiam por uma cada vez mais indiferente cidade de São Paulo, está preocupado com os rumos do país. Ele se mostra assustado com o aumento da miséria e da fome. “Vivemos uma garantia de direitos fundamentais cada vez mais frágil”, lamenta

Pedro Camarão

Apandemia do coronavírus ocorre no momento em que o Brasil já vinha ferido pelo Golpe de 2016 e pelo lawfare direcionado contra o ex-presidente Luiz Inácio Lula da Silva. É evidente que ambos são partes de um único processo e o objetivo é implementar uma agenda neoliberal radical no país.

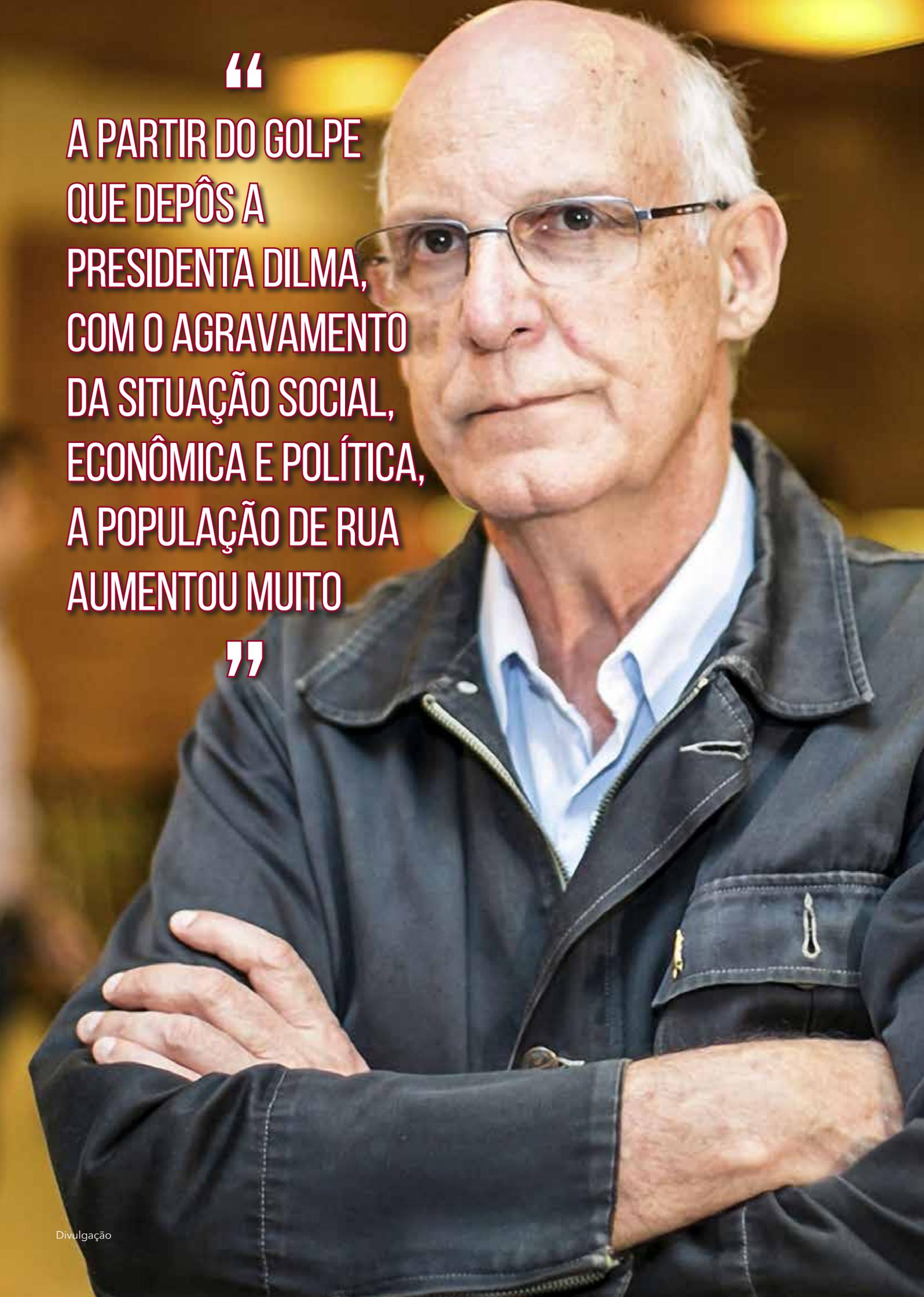
Na perspectiva do padre Júlio Lancelotti, desde o Golpe de 2016 as políticas sociais só degradingaram. “O povo brasileiro está ferido”, afirma o pároco da paróquia de São Miguel Arcanjo, no bairro da Mooca, na

cidade de São Paulo. O receio do religioso é que a situação piore ainda mais com a radicalização do movimento neofascista que se mobiliza no Brasil neste momento sob o lema Deus acima de tudo, Brasil acima de todos – cuja similaridade com o slogan nazista “Deutschland Über Alles”, adotado por Adolf Hitler, não é coincidência.

O padre considera o neoliberalismo uma epistemologia e afirma que ele está se impregnando na sociedade brasileira, o que dificulta ainda mais a luta por uma sociedade mais justa. Lidando diariamente com vítimas do sistema injusto e desu-

manizante, Lancelotti declara que ninguém consegue ter clareza sobre o que vai ocorrer daqui para frente no Brasil.

Ele diz que o 7 de Setembro será um momento muito delicado e que pode ser arriscado estar nas ruas. Teme que os participantes do Grito dos Excluídos sejam apontados como os causadores de atos de violência e prega que é necessário agora muito discernimento. Para que seja possível compreender esse momento tão lamentável da história brasileira, o padre diz ser fundamental olhar para o passado. “Não podemos perder o fio da História”, lembra, nesta entrevista à **Focus Brasil**:



“

A PARTIR DO GOLPE
QUE DEPÔS A
PRESIDENTA DILMA,
COM O AGRAVAMENTO
DA SITUAÇÃO SOCIAL,
ECONÔMICA E POLÍTICA,
A POPULAÇÃO DE RUA
AUMENTOU MUITO

”

Focus Brasil – O senhor tem denunciado o aumento do número de pessoas que vivem nas ruas da cidade de São Paulo. Qual é o quadro agora?

Padre Júlio Lancelotti – Foram realizadas pesquisas e um censo da Escola de Sociologia e Política [USP] – porque os censos da população de rua não são feitos pelo IBGE, porque o governo só faz o censo por domicílio. Então tem que ter uma metodologia própria para fazer esse censo. Esse censo começou na gestão do prefeito Celso Pitta, feito pela secretária Alda Marco Antônio. Naquela época, apontava 7 mil pessoas em situação de rua. Fez-se então uma definição. A Fipe, da USP, foi trabalhando bastante essa metodologia. E chegou-se à definição de que a população em situação de rua é a população desabrigada nas calçadas ou que está nos centros de acolhimento mantidos pela prefeitura. Essa definição é bastante restritiva, mas foi mantida de um censo para o outro para poder fazer um comparativo. Ficou um dilema sobre quem está em barraca e os que estão em barraco. Existem pessoas em situação de rua que fazem barracos embaixo de viadutos ou próximos de vias públicas e não são consideradas.

– Por quê?

Nunca se considerou nesses censos que a população de rua que está aprisionada, que tem um Centro de Detenção Provisória específico ou com a grande maioria dos detentos em situação de rua. Essa população não é considerada. Mas, saindo do CDP, eles voltam para a rua. Então, seria necessário que essa contagem também fosse feita, e mais hospitais e clínicas. O censo mostra o retrato de um momento, mas não para alimentar “política pública”. Eu não gosto desta palavra porque dentro do neoliberalismo se refere àqueles que não vão receber nada ou vão

receber o resto, os descartados. Acho até que se poderia pensar em outro termo para a população em situação de rua. A população de rua é muito maior do que o censo enxerga. Seria necessário utilizar algumas estratégias diferentes das atuais.

Mas o censo feito pela Escola de Sociologia e Política levantou um dado alarmante: a população de rua em São Paulo cresce mais do que o crescimento demográfico da cidade.

– Isso piorou de 2016 para cá?

A partir do golpe que depôs a presidenta Dilma, com o agravamento da situação social, econômica e política, a população de rua teve um aumento. O censo de 2019 foi feito por uma entidade do Espírito Santo chamada Qualytest e teve um péssimo resultado. Chegou a 25 mil pessoas. Mesmo assim aponta aumento de 53% da população em situação de rua. Mas esse número está aquém da realidade. Só o CadÚnico, apontava, naquele momento, 32 mil pessoas. O número do censo é ruim porque ele aponta o número de consultórios de ruas que deveriam existir. Ou seja, o número hoje certamente é mais baixo do que o necessário. De qualquer forma, esse último censo mostrou que mais de 50% da população de rua não estava acolhida. Isso ocorre porque os centros de acolhida são idênticos ao primeiro albergue criado em São Paulo. A única mudança é que os de hoje tem tomada para carregar celular. Desde a década de 1940 a estrutura é a mesma. Esses centros de acolhida são de tutela, não são de autonomia. Eles são mantenedores da miséria, da situação de dependência. A população de rua é muito heterogênea e a resposta do Estado é homogênea – quem sabe a Fundação Perseu Abramo pudesse pensar sobre soluções para isso. É uma única resposta dada para todos.

Hoje, há um aumento do número de grupos familiares, de mulheres com crianças, do grupo LGBTQIA+, mas as respostas são sempre as mesmas.

– Nesse momento de crise social, a população de rua está em situação mais difícil?

– Alguns municípios acham que acolher a população de rua é muito caro. Então, eles mandam embora. Isso se repete no Brasil todo. São Paulo não consegue fazer isso e muitas cidades trazem a população de rua para cá. Alguns dos municípios da Grande São Paulo tem como política comprar passagem e mandar a pessoa embora. A população de rua sabe disso e pensa: “Eu quero chegar em Salvador. Então, sei até onde eu vou para me mandarem para tal lugar e desse vão me mandar para outro até que eu chegue lá”. Hoje, com o fenômeno da pandemia e com o agravamento da política social, econômica e política, há uma grande movimentação no Brasil. Acho que desde as grandes ondas migratórias, agora é o maior momento de circulação de gente pelo Brasil. Existem polos. A população de rua está aumentando muito no Recife, aumenta de maneira alarmante no Rio de Janeiro. A situação do Rio é alarmante. Em São Paulo, qualquer pessoa que ande pela cidade salta aos olhos a quantidade de pessoas morando nas ruas. A Praça da Sé é um acampamento. A Praça Princesa Isabel, na Luz, é um grande campo de refugiados. A cidade está tomada. O que se vê nisso é que a prefeitura percebe que a estratégia de repetir sempre a mesma resposta não dá certo, mas não muda a estratégia. Esse modelo de tutela que nivela todos como se tivessem as mesmas necessidades faz com que a situação se agrave. E há um ponto muito sério. Ser tratado de maneira desumana, desumaniza. E esse indivíduo reproduz

a desumanização. Então, estamos causando um impacto de desumanização na população de rua que, dificilmente, em pouco tempo vai haver uma reversão.

– Qual a importância do Grito dos Excluídos?

– Este é o “grito dos descartados” como chama o Papa Francisco na Exortação Apostólica Evangelii Gaudium. Eu acredito que, nesse momento, como em outros momentos, ele acaba não sendo ouvido. Ele é uma resistência, mas é um grito que o poder não ouve. Por uma série de razões históricas, o Grito dos Excluídos foi sendo sufocado. Os movimentos populares enfraqueceram. As pastorais sociais enfraqueceram. A própria Igreja não grita toda junta, nem os sindicatos, nem os vários grupos representativos. O Grito dos Excluídos é mantido de maneira profética, como forma de resistência, mas se formos lembrar desde o primeiro até agora, poderíamos dizer que agora estamos fazendo um “sussurro dos excluídos”. Inclusive por causa da repressão. A gente não sabe o que vai acontecer nesse próximo 7 de Setembro e o risco que vai ser estar na rua. Vivemos uma democracia formal, uma garantia de direitos fundamentais cada vez mais frágil. Veja a situação aqui na cidade de São Paulo com os camelôs. O crime organizado é muito forte - usando o conceito de crime organizado como aquele que tem a participação de agentes do Estado. A questão política está latente e muito forte. Hoje, não sei se alguém tem um quadro claro sobre o dia de amanhã. Não sei se alguém consegue ter um quadro claro.

– O senhor falou que a Igreja Católica não grita unida, mas a posição da CNBB sobre o Grito dos Excluídos é assertiva e crítica ao governo.

– A gente não pode dizer que são

todos os bispos. Mas é bom que uma entidade que tem o peso histórico da CNBB se manifeste nesse momento. Veja que a própria declaração da Fiesp e outras foram adiadas. Há um racha no agronegócio. Estamos vivendo um momento nebuloso, dramático, de crise social profunda, com aumento da fome e de todos os sintomas de miserabilidade e de descarte do povo. O número de desempregados é de 14 milhões. Mas a ideologia dominante ainda é muito compacta.

O GRITO DOS EXCLUÍDOS É MANTIDO DE MANEIRA PROFÉTICA, COMO FORMA DE RESISTÊNCIA. TEME-SE AGORA A REPRESSÃO

– Como o senhor viu a tentativa do governador de São Paulo, João Dória, de impedir o Grito dos Excluídos?

– Eu acredito que o próprio governo está perplexo, sem saber como agir diante de tudo isso e porque há uma violência latente muito forte. Então, pode ser que tenham pensado em proibir os que são menos violentos do que proibir os que são mais violentos. Uma das coisas que está muito preocupante é o que vai acontecer na cidade

nos espaços públicos. O nível de intolerância que chegamos e de exacerbada violência está descontrolado. Acho que o que aconteceu em Araçatuba é um sintoma do desespero e da fragilidade da chamada segurança. Até agora está todo mundo olhando para Araçatuba preocupado com o que aconteceu e não é uma cidade pequena. É uma cidade de grande porte. Até que ponto isso também não vai favorecer a direita? Porque essas imagens estão martelando na cabeça do povo. Na conjuntura, até 7 de Setembro, Araçatuba vai estar na cabeça do povo. É uma cidade bastante conservadora, que foi alvo de uma ação extremamente complicada e penso que o ocorrido tem muitos sintomas de crime organizado.

– Mas o senhor considera que é um momento importante de ocupar as ruas para protestar?

– Eu acredito que o espaço da rua tem que ser de manifestação, não pode ser só de confronto e de confronto entre grupos que desejam manifestar suas posições. Eu sei que não podemos negar o conflito, que está presente. Estamos vivendo o conflito e nós somos a parte ferida do conflito, não somos a parte que fere. Eu, diariamente, vejo as pessoas feridas. Fisicamente, psicologicamente, feridas pela fome, feridas pelo frio, pelo abandono, pela sede, feridas por uma série de questões. Eu estou do lado das pessoas que estão feridas. Se essas pessoas se manifestam, elas serão vistas como as violentas. Essa conjuntura exige um discernimento muito grande. Tenho ouvido notícias e hoje conversei com o pessoal da CUT que me disse que a mobilização que alguns pastores estão fazendo para o 7 de Setembro é enorme. Há uma questão religiosa muito forte. Então, é um dilema que a gente está vivendo. Uma situação difícil, na qual o confronto e o con-

flito vão estar presentes. A gente não sabe a que preço.

– O senhor falou que está do lado dos feridos, que o conflito é inevitável. É comum assistirmos ataques ao senhor e ao seu trabalho. Recentemente, foi a deputada Janaína Paschoal. Sob Bolsonaro, com essa direita no poder, os ataques têm aumentado?

– Sim. Não adianta mirar como único inimigo o Bolsonaro. A grande questão é o bolsonarismo e essa direita radical, violenta, que assume o bolsonarismo com discurso cívico, patriótico e religioso. É bastante complicado e é muito difícil de entender. É “Deus acima de tudo, Brasil acima de todos”. Essas coisas são de uma conotação extremamente preocupante. É próxima ao fascismo e vai causar ainda mais sofrimento ao nosso povo, que já está muito ferido. Muito ferido. Ferido pela miséria, pelo crime organizado, pela desumanização. Aquela imagem que mostraram do Afeganistão em que alguém está dando alguma coisa pela janela do carro e todos do lado de fora estão se digladiando para pegar o que está sendo dado, é um retrato do sistema. Você imagina que alguém que esteja ali do lado de fora vai pensar em outro que esteja precisando mais e vai pegar para doar a alguém? A gente não vê isso, em nenhuma instância. Penso sobre duas coisas que têm me atormentado muito. Tanto a ambição quanto a necessidade extrema se sobrepõem à ética. É como gente irritada com o velhinho na fila da vacina e quer que esse velhinho suma da fila para que ele possa ser vacinado logo. Essa questão do privilégio, da meritocracia, da competição, ela entrou em nós. E aí, uma coisa que eu gostaria de dizer, que acho fundamental superarmos: o neoliberalismo não é só econômico, social ou político. Ele



SOLIDARIEDADE Padre Júlio Lancelotti foi alvo de críticas, como da deputada Janaína Paschoal, por ajudar os desamparados que vivem nas ruas. Ele ensina: “Ser tratado de maneira desumana, desumaniza”

é uma epistemologia. Nós pensamos de maneira neoliberal e agimos de maneira neoliberal.

– **Como é possível que pessoas cristãs sejam apoiadoras do bolsonarismo? É um paradoxo.**

– É o fundamentalismo. Isso tem uma história. Não começou do dia para a noite. Desde a revolução da Nicarágua, a CIA acendeu um alerta. Foi quando as igrejas americanas e as igrejas neopentecostais fundamentalistas começaram um grande avanço na América Latina, com a desmontagem da Teoria da Libertação e das comunidades eclesiais de base. Houve uma luta para acabar com o movimento ecológico. Por que mataram o Chico Mendes? Ou Dorothy Stang? E Margarida Alves? Marçal Tupã-i? Existe um ressurgimento da luta popular e uma reação contrária. Acho que a Revolução Sandinista, com todos os erros que teve e que gerou um Ortega hoje, teve um caminho que contou muito com as comunidades de base, movimentos populares, e houve uma contrarreação. Temos hoje Steve Bannon. Ele não tem 21 anos. Deve estar pelos 70. O Olavo de Carvalho não tem 25

anos. Então, toda a criação desse pensamento da retórica do ódio não surgiu agora. Há uma reação muito grande. O João Cezar de Castro Rocha naquele livro sobre a retórica do ódio [*Guerra Cultural e Retórica do ódio: Crônicas de um Brasil Pós-político*] fala do orvil, de toda a questão de como esse pensamento foi sendo construído. E um povo, principalmente na América Latina, tão religioso e que teve Dom Oscar Romero [arcebispo metropolitano de San Salvador, capital de El Salvador, assassinado em 24 de março de 1980]. Por que ele foi morto? É um ponto importante. Por que mataram Dom Angelelli [bispo da Diocese de La Rioja, Argentina]? Por que calaram Dom Hélder Câmara? Por que perseguiram tanto Dom Paulo Evaristo Arns? São figuras religiosas muito perseguidas e maltratadas. A erupção dos pobres na América Latina com a Teologia da Libertação depois do Concílio Vaticano II, a Conferência de Medellín, de Puebla, foi trazendo uma movimentação que foi gerando também uma reação ou uma marcação de posição. Nós não podemos perder o fio da História. •



Olimpio

TEMPO ESTÁ SE FECHANDO

Isolado e perdendo apoios até no empresariado, Bolsonaro redobra as apostas contra o Supremo e faz novas ameaças. Na sexta-feira, disse que as manifestações de Sete de Setembro serão um “ultimato” a “duas pessoas” que atrapalham o governo. Comunidade internacional acompanha a situação brasileira

O presidente Jair Bolsonaro faz uma aposta perigosa para o país. Cercado pelas denúncias de corrupção, com popularidade em queda pelo desempenho da economia e as 582 mil mortes de brasileiros pela Covid, ele coloca todas as suas fichas em manifestações anti-democráticas no 7 de Setembro, Dia da Independência.

Ele imagina que vai tirar dos atos contra as instituições democráticas forças para sair das cordas, livrar os filhos das suspeitas de negócios escusos e desvios

de recursos – Carlos Bolsonaro teve os sigilos quebrados, Flávio Bolsonaro enfrenta na Justiça acusações de desvio de dinheiro público e, agora, o filho Jair Renan aparece na companhia de um suspeito de esquema de corrupção no Ministério da Saúde. Para piorar, a ex-mulher também é alvo de suspeitas.

O medo da prisão assombra o ex-capitão do Exército. Daí a inusitada bravata de sexta-feira, 3. Ao convocar mais uma vez apoiadores aos atos de 7 de Setembro, Bolsonaro também disse que as manifestações serão um “ultima-

to” a “duas pessoas” que estariam atrapalhando seu governo, numa referência velada aos ministros Alexandre de Moraes, do Supremo Tribunal Federal, e Luiz Roberto Barroso, presidente do Tribunal Superior Eleitoral.

Na quarta-feira, o presidente bravateiro já havia elevado o tom das ameaças constantes. “Com flores não se ganha guerra. Se você fala de armamento... Se você quer paz, se prepare para a guerra”, disse o presidente numa cerimônia no Rio de Janeiro.

Na sexta, manteve o tom: “Nós não precisamos sair das

quatro linhas da Constituição. Ali, temos tudo o que precisamos. Mas, se alguém quiser jogar fora das quatro linhas, nós mostraremos o que poderemos fazer, também”, ameaçou, durante discurso na cerimônia de assinatura do contrato de concessão da Ferrovia de Integração Oeste-Leste em Tanhaçu (BA). “Eu duvido que aqueles um ou dois que ousam nos desafiar, desafiar a Constituição, desrespeitar o povo brasileiro, saberá (sic) voltar para o seu lugar. Quem dá esse ultimato não sou eu, é o povo”, disse.

Horas depois, a Polícia Federal prendeu na tarde da mesma sexta-feira o bolsonarista Wellington Macedo, que participava da organização de atos de 7 de setembro em apoio a Bolsonaro. A prisão preventiva foi solicitada pela Procuradoria Geral da República e autorizada por Alexandre de Moraes. Macedo se diz jornalista e estava hospedado em um hotel em Brasília quando foi preso pela PF.

O tensionamento provocado por Bolsonaro despertou temores na comunidade internacional de algum tipo de ruptura institucional. A Comissão Interamericana de Direitos Humanos anunciou que irá acompanhar as manifestações convocadas por aliados do presidente. O objetivo é avaliar eventuais violações de direitos humanos por parte dos grupos e ataques contra setores que tentem defender a democracia. A comissão não esconde que existe “grande preocupação” com a situação brasileira.

O governo dos EUA emitiu alerta de segurança a seus cidadãos, indicando para riscos associados às manifestações da terça-feira. No site da embaixada, o alerta foi colocado, instruindo os americanos a não se aproximarem de locais de manifestações. •



Reprodução

FILHOS, EX-MULHER... SÓ ESQUEMA

Como a família Bolsonaro ganhou dinheiro? Denúncias apontam que ZeroUm, ZeroDois e a ex-esposa desviaram recursos de assessores fantasmas

O cerco está se fechando contra a família do presidente. O Tribunal de Justiça do Rio determinou a quebra dos sigilos bancário e fiscal do vereador Carlos Bolsonaro (Republicanos). A medida é resultado da investigação que apura a prática de “rachadinha” por meio da contratação de funcionários “fantasmas”. No pedido, os promotores lembraram que o modus operandi é semelhante ao detectado no gabinete do irmão, Flávio Bolsonaro, quando era deputado estadual.

O gabinete de Carlos pagou R\$ 7 milhões a funcionários suspeitos de serem “fantasmas”. A investigação foi aberta em julho de 2019, mas somente agora os promotores pautaram a prática de “rachadinha”. O MPRJ identificou que Carlos manteve e utilizou grandes quantias de dinheiro vivo ao longo dos mandatos, desde 2001. A quebra do sigilo inclui ainda outras 26 pessoas e empresas.

Ana Cristina Siqueira Valle – ex-mulher de Bolsonaro, mãe do filho Jair Renan – está enrolada no caso. Ela era chefe de gabi-

nete de Carlos desde o início do seu mandato. Na quinta-feira, 2, o jornalista Guilherme Amado, do portal *Metrópoles*, trouxe a denúncia de um ex-assessor de Flávio – Marcelo Luiz Nogueira dos Santos – que era obrigado a devolver mensalmente 80% de seu salário.

Nogueira disse ainda que Bolsonaro decidiu transferir para Flávio e Carlos o comando do esquema de desvio de dinheiro nos gabinetes de ambos após descobrir que era traído pela ex-mulher. O ex-funcionário revelou que ela foi a primeira a controlar todo o recolhimento de parte dos salários de todos os assessores parlamentares dos dois filhos do presidente, respectivamente primeiro e segundo herdeiros de Bolsonaro.

O presidente da Comissão de Direitos Humanos do Senado, Humberto Costa (PT-PE), pediu que o governo garanta a proteção de Nogueira e do jornalista Guilherme Amado. Humberto solicitou ainda que Nogueira seja incluído no Programa Nacional de Proteção de Testemunhas do Ministério da Justiça. •

A AMIZADE DE ZEROQUATRO COM LOBISTA

Documentos da CPI da Covid revelaram que Jair Renan Bolsonaro, o filho ZeroQuatro do presidente Jair Bolsonaro, abriu uma empresa com ajuda de um lobista enrolado com esquema de corrupção dentro do Ministério da Saúde. Marconny Albernaz de Faria é apontado pela CPI como intermediário da Precisa, que fechou contrato com o Ministério da Saúde de mais de R\$ 1 bilhão para venda de vacina contra Covid – suspenso por suspeita de irregularidade.

Conversas no aparelho celular do lobista foram copiadas a pedido do Ministério Público Federal no Pará e enviadas para a CPI. Os senadores da comissão descobriram que Jair Renan trocou pelo menos uma centena de mensagens com o lobista. Em um dos diálogos, Albernaz oferece ajuda a ZeroQuatro para abrir uma empresa. O lobista mostrou-se solícito: “Bora resolver as questões dos seus contratos! Se preocupe com isso. Como te falei, eu e o William estamos à sua disposição para te ajudar”. Jair Renan agradeceu a oferta. “Show irmão. Eu vou organizar com Allan a gente se encontrar e organizar (sic) tudo. Allan Lucena é sócio de Jair Renan.

A empresa de ZeroQuatro foi inaugurada em novembro do ano passado em um camarote dentro do estádio nacional Mané Garrincha, em Brasília. Segundo a Receita Federal, a empresa atua na área de eventos, feiras e produção de eventos esportivos. •



GRITO DOS EXCLUÍDOS MANTÉM PROTESTOS NAS RUAS NO DIA 7

Desde 1995, organizações sociais realizam, a cada Dia da Independência, o tradicional Grito dos Excluídos, questionando as condições de vida do povo e criticando as desigualdades sociais e outras mazelas que envergonham o Brasil perante o mundo. Neste ano, os atos serão realizados em todas as capitais e outras cidades brasileiras, bem como no exterior.

Com 582 mil mortos pela pandemia, 15 milhões de desempregados e 116 milhões de brasileiros em situação de insegurança alimentar, a realização do protesto é um ato de cidadania e resistência. O movimento se une à campanha nacional Fora Bolsonaro, contra o desemprego e a fome. “Estamos vivendo um momento de crises – social, ambiental, sanitária, humanitária, política e econômica – sobretudo causadas pela ação nefasta do governo genocida, negacionista e promotor do caos que visa destruir, de qualquer forma, a democracia e a soberania do nosso país”, aponta a organização do movimento.

“Estar nas ruas é um ato democrático e, na Semana da Pátria, é um tempo favorável para seguirmos firmes nessa defesa”,

informa a direção do Grito dos Excluídos. O movimento mobiliza os trabalhadores do campo e da cidade e é hoje um dos movimentos políticos mais tradicionais da história de luta do povo brasileiro. A proposta surgiu em 1994 durante a 2ª Semana Social Brasileira, da Conferência Nacional dos Bispos do Brasil (CNBB) com o tema Brasil, alternativas e protagonistas, inspirada na Campanha da Fraternidade de 1995, com o lema: A fraternidade e os excluídos. A partir de 1996, as manifestações foram assumidas pela CNBB, que aprovou o grito em sua Assembleia Geral.

“O Grito dos Excluídos e das Excluídas é um processo de construção coletiva, é muito mais que um ato. Por isso, nossa luta não se encerra no dia 7 de Setembro”, afirma a coordenação do movimento. “Nossa luta é uma maratona, não é uma corrida de 100 metros. O Grito é uma manifestação popular carregada de simbolismo, espaço de animação e profecia, sempre aberto e plural de pessoas, grupos, entidades, igrejas e movimentos sociais comprometidos com as causas da população mais vulnerável”. •



FolhaPress

© PATO PATETA Em 2015, a Fiesp colocou um pato nas ruas para engrossar a derrubada de Dilma do governo

O PATO ACORDOU PARA O DESASTRE?

Depois de lavajatistas, setores do grande empresariado nacional, enfim, enxergam problemas para a economia com a permanência de Bolsonaro no Planalto e começam a desembarcar do governo

A semana foi marcada por uma celeuma envolvendo a divulgação de um manifesto da Federação das Indústrias do Estado de São Paulo (Fiesp) em defesa da democracia e da pacificação. Apesar de não mencionar diretamente o presidente Jair Bolsonaro, o documento é uma evidente reação do PIB à escalada autoritária e golpista do ex-capitão, que tem centrado seus ataques ao Supremo Tribunal Federal e ao Tribunal Superior Eleitoral.

O manifesto da Fiesp, que em 2015 e 2016 colocou um pato na rua em apoio à derrubada da presidenta Dilma Rousseff, pare-

ce uma reação tardia ao fato de o país estar à deriva. O documento, intitulado “A Praça é dos Três Poderes”, e que reúne a assinatura de mais de 200 entidades, deveria ter sido lançado até terça-feira, 31. Mas, em razão de uma manobra do presidente da entidade, Paulo Skaf, o manifesto do pato consciente, que já vazou nas redes, só se tornará público oficialmente depois do 7 de Setembro, quando Bolsonaro tiver realizado – não se sabe ainda se com sucesso ou não – novos atos golpistas pelo país.

Outra polêmica sobre o documento do pato consciente envolveu a adesão da Federação Brasileira de Bancos (Febraban). O governo pressionou os bancos a

não aderir ao manifesto e chegou a ameaçar desfiliar a Caixa Econômica Federal e o Banco do Brasil. Entretanto, a manobra não prosperou. Na quinta-feira, 2, a Febraban emitiu nota em que reafirma o apoio ao manifesto.

No mesmo dia, 300 empresários mineiros divulgaram uma carta manifestando defesa da democracia. O ato aconteceu em evento virtual organizado pela Associação Comercial e Empresarial de Minas. Na carta, o grupo defende as instituições representativas da sociedade civil.

“A democracia não pode ser ameaçada, antes, deve ser fortalecida e aperfeiçoada. O que se pretende provocar é outro

tipo de ruptura: a ruptura através das ideias e da mudança de comportamentos em todas as dimensões da vida”, diz o texto. As entidades veem com “grande preocupação escalada de tensões entre as autoridades”.

Chamada de “Segundo Manifesto dos Mineiros”, a carta foi lançada horas depois da divulgação de um texto da Federação das Indústrias do Estado de Minas Gerais (Fiemg), atacando o Supremo Tribunal Federal (STF), pelos inquéritos que apuram as fake news e as ameaças à democracia no Brasil.

Parte do agronegócio também começa a desembarcar do governo Bolsonaro. Sete entidades da agroindústria brasileira também publicaram um manifesto com o mesmo objetivo da Fiesp. “As amplas cadeias produtivas e setores econômicos que representamos precisam de estabilidade, de segurança jurídica, de harmonia, enfim, para poder trabalhar”, pontua a nota.

O texto diz que o Brasil, como uma das maiores economias do planeta, não se pode apresentar ao mundo como uma sociedade permanentemente tensionada em crises intermináveis ou em risco de retrocessos e rupturas institucionais. Assim como a Fiesp, o documento não cita Bolsonaro, mas o recado é claro: “O Brasil é maior e melhor que a imagem que temos projetado ao mundo”.

As movimentações da última semana dão a medida do grau de isolamento de Bolsonaro. Os antigos aliados, fiadores do governo do ex-capitão, começam a pegar o mesmo rumo dos lavajatistas, que abandonaram o apoio ao Planalto quando da saída de Sergio Moro do Ministério da Justiça. Só resta da base social de Bolsonaro a ala ideológica radical e alguns setores das Forças Armadas, confortavelmente acomodados em cargos do governo. •



Reprodução

EM MANIFESTO, AGRONEGÓCIO ALERTA PARA DESIGUALDADE

As entidades associativas abaixo assinadas tornam pública sua preocupação com os atuais desafios à harmonia político-institucional e, como consequência, à estabilidade econômica e social em nosso país.

Somos responsáveis pela geração de milhões de empregos, por forte participação na balança comercial e como base arrecadatória expressiva de tributos públicos. Assim, em nome de nossos setores, cumprimos o dever de nos juntar a muitas outras vozes responsáveis, em chamamento a que nossas lideranças se mostrem à altura do Brasil e de sua história agora prestes a celebrar o bicentenário da Independência.

A Constituição de 1988 definiu o Estado Democrático de Direito no âmbito do qual escolhemos viver e construir o Brasil com que sonhamos. Mais de três décadas de trajetória democrática, não sem percalços ou frustrações, porém também repleta de conquistas e avanços dos quais podemos nos

orgulhar. Mais de três décadas de liberdade e pluralismo, com alternância de poder em eleições legítimas e frequentes.

O desenvolvimento econômico e social do Brasil, para ser efetivo e sustentável, requer paz e tranquilidade, condições indispensáveis para seguir avançando na caminhada civilizatória de uma nacionalidade fraterna e solidária, que reconhece a maioria sem ignorar as minorias, que acolhe e fomenta a diversidade, que viceja no confronto respeitoso entre ideias que se antepõem, sem qualquer tipo de violência entre pessoas ou grupos. Acima de tudo, uma sociedade que não mais tolere a miséria e a desigualdade que tanto nos envergonham.

As amplas cadeias produtivas e setores econômicos que representamos precisam de estabilidade, de segurança jurídica, de harmonia, enfim, para poder trabalhar. Em uma palavra, é de liberdade que precisamos – para



Reprodução

CAMINHONEIROS LARGAM O GOVERNO

Adesão de motoristas a atos antidemocráticos do bolsonarismo não passa de fake news. Entidades que representam a categoria dizem não apoiar movimento

Empresários do serviço de logística juram que terão apoio massivo para a adesão em peso de caminhoneiros aos atos radicais do bolsonarismo. Mas líderes da categoria rejeitam a proposta de se juntarem aos atos contra a democracia. Eles apontam que o sonhado apoio dos caminhoneiros não passa de fake news. Bolsonaro está isolado e vem perdendo rapidamente apoio.

Na sexta-feira, 3, representantes dos caminhoneiros anunciaram que não apoiam os ataques do presidente da República à democracia e às instituições, como o Supremo Tribunal Federal e o Tribunal Superior Eleitoral. E anunciaram que não participarão dos atos da próxima terça-feira, 7. Diretor da Confederação Nacional dos Trabalhadores em Transportes e Logística (CNTTL), Carlos Alberto Litti

empreender, gerar e compartilhar riqueza, para contratar e comercializar, no Brasil e no exterior.

É o Estado Democrático de Direito que nos assegura essa liberdade empreendedora essencial numa economia capitalista, o que é o inverso de aventuras radicais, greves e paralisações ilegais, de qualquer politização ou partidarização nociva que, longe de resolver nossos problemas, certamente os agravará.

Somos uma das maiores economias do planeta, um dos países mais importantes do mundo, sob qualquer aspecto, e não nos po-

demos apresentar à comunidade das Nações como uma sociedade permanentemente tensionada em crises intermináveis ou em risco de retrocessos e rupturas institucionais.

O Brasil é muito maior e melhor do que a imagem que temos projetado ao mundo. Isto está nos custando caro e levará tempo para reverter.

A moderna agroindústria brasileira tem história de sucesso reconhecida mundo afora, como resultado da inovação e da sustentabilidade que nos tornaram potência agroambiental global.

Somos força do progresso, do

TÔ FORA

Presidente da Abrava, que reúne motoristas de caminhão, Wallace Landim, o Chorão, diz que não apoia os atos de 7 de Setembro convocados pelo bolsonarismo

Dahmer, disse que, se houver algum “barulho”, será devido ao grande poder econômico de empresas de logística e do agronegócio, donas de grandes frota de caminhões.

Outro líder dos caminhoneiros, Wallace Landim, o Chorão, também declarou que sua entidade, a Associação Brasileira de Condutores de Veículos Automotores (Abrava), não apoia o ato. “Isso é coisa do Sérgio Reis, da Aprosoja (Associação Brasileira dos Produtores de Soja) e do movimento intervencionista”, denunciou.

Não é difícil ver que a suposta adesão de caminhoneiros a Bolsonaro não passa de fake news. Com o preço dos combustíveis nas alturas, por culpa da política de preços adotada pela Petrobrás, a categoria não tem nada a comemorar.

avanço, da estabilidade indispensável e não de crises evitáveis. Seguiremos contribuindo para a construção de um futuro de prosperidade e dinamismo para o Brasil, como temos feito ao longo dos últimos anos. O Brasil pode contar com nosso trabalho sério e comprovadamente frutífero. •

Associação Brasileira do Agronegócio (Abag), Associação Brasileira dos Produtores de Óleo de Palma (Abrapalma), Associação Brasileira dos Industriais de Óleos Vegetais (Abiove), Associação Brasileira das Indústrias de Tecnologia em Nutrição Vegetal (Abisolo), CropLife Brasil, Indústria Brasileira de Árvores (Ibá), Sindicato Nacional da Indústria de Produtos para a Defesa Vegetal (Sindiveg).

CRIME INAFIANÇÁVEL E IMPRESCRITÍVEL

Preço a pagar por atravessar o Rubicão – a tese da intervenção armada – é alto. A Constituição de 1988 é clara quanto à punição

Ricardo Lewandowski



Na Roma antiga existia uma lei segundo a qual nenhum general poderia atravessar, acompanhado das respectivas tropas, o rio Rubicão, que demarcava ao norte a fronteira com a província da Gália, hoje correspondente aos territórios da França, Bélgica, Suíça e de partes da Alemanha e da Itália.

Em 49 a.C., o general romano Júlio César, após derrotar uma encarniçada rebelião de tribos gaulesas chefiadas pelo lendário guerreiro Vercingetórix, ao término de demorada campanha transpôs o referido curso d'água à frente das legiões que comandava, pronunciando a célebre frase: "A sorte está lançada".

A ousadia do gesto pegou seus concidadãos de surpresa, permitindo que Júlio César empalmasse o poder político, instaurando uma ditadura. Cerca de cinco anos depois, foi assassinado a punhaladas por adversários políticos, dentre os quais seu filho adotivo Marco Júnio Bruto, numa cena immortalizada pelo dramaturgo inglês William Shakespeare.

O episódio revela, com exemplar didatismo, que as distintas civilizações sempre adotaram, com maior ou menor sucesso, regras preventivas para impedir

a usurpação do poder legítimo pela força, apontando para as severas consequências às quais se sujeitam os transgressores.

No Brasil, como reação ao regime autoritário instalado no passado ainda próximo, a

Constituição de 1988 estabeleceu, no capítulo relativo aos direitos e garantias fundamentais, que "constitui crime inafiançável e imprescritível a ação de grupos armados, civis e militares, contra a ordem constitucional e o Estado democrático".

O projeto de lei há pouco aprovado pelo Parlamento brasileiro, que revogou a Lei de Segurança Nacional, desdobrou esse crime em vários delitos autônomos, inserindo-os no Código Penal, com destaque para a conduta de subverter as instituições vigentes, "impedindo ou restringindo o exercício dos poderes constitucionais". Outro comportamento delituoso corresponde ao golpe de Estado, caracterizado como "tentar depor, por meio de violência ou grave ameaça, o governo legitimamente constituído". Ambos os ilícitos são sancionados com penas severas, agravadas se houver o emprego da violência.

No plano externo, o Tratado de Roma, ao qual o Brasil recentemente aderiu e que criou o Tribunal Penal Internacional, tipificou como crime contra a humanidade, submetido à sua jurisdição, o "ataque, genera-

lizado ou sistemático, contra qualquer população civil", mediante a prática de homicídio, tortura, prisão, desaparecimento forçado ou "outros atos desumanos de caráter semelhante, que causem intencionalmente grande sofrimento, ou afetem gravemente a integridade física ou a saúde física ou mental".

E aqui cumpre registrar que não constitui excludente de culpabilidade a eventual convocação das Forças Armadas e tropas auxiliares, com fundamento no artigo 142 da Lei Maior, para a "defesa da lei e da ordem", quando realizada fora das hipóteses legais, cuja configuração, aliás, pode ser apreciada em momento posterior pelos órgãos competentes.

A propósito, o Código Penal Militar estabelece, no artigo 38, parágrafo 2º, que "se a ordem do superior tem por objeto a prática de ato manifestamente criminoso, ou há excesso nos atos ou na forma da execução, é punível também o inferior".

Esse mesmo entendimento foi incorporado ao direito internacional, a partir dos julgamentos realizados pelo tribunal de Nuremberg, instituído em 1945, para julgar criminosos de guerra. Como se vê, pode ser alto o preço a pagar por aqueles que se dispõem a transpassar o Rubicão. •

Ministro do Supremo Tribunal Federal e professor titular de teoria do Estado da Faculdade de Direito da Universidade de São Paulo.

LIBERDADE. ABRE AS ASAS SOBRE NÓS!

É uma farsa a fala do ex-capitão em torno de independência e dos símbolos nacionais, que pertencem a todo o povo brasileiro e não apenas aos fascistas

Elvino Bohn Gass

Sete de Setembro é a data em que os brasileiros deveriam comemorar a independência formal do país, mas

neste ano paira um espectro de incertezas, apreensão e violência. Isso, por conta da turbulência fomentada pelo neofascista Jair Bolsonaro com claros fins políticos e ideológicos. Com a popularidade ladeira abaixo, o País à deriva e investigações sobre corrupção chegando cada vez mais perto dele e de sua família, o presidente apela a demagogias e mentiras na tentativa de reunir a boiada em apoio a seu projeto que está destruindo o Brasil em todos os campos.

Ameaça com um golpe, mas este já ocorreu em 2016. O golpe abriu caminho para a ascensão de Bolsonaro, cujo projeto é danoso aos interesses nacionais e populares. É uma farsa a fala do ex-capitão em torno de independência e dos símbolos nacionais, que pertencem a todo o povo brasileiro, não exclusivamente ao segmento fascista. Bolsonaro, ao contrário, dilapida nossos símbolos nacionais.

A simbologia da bandeira nacional tem sido destruída pelo atual governo. O verde das matas e o amarelo do nosso ouro [minérios] é suprimido por ações de bandoleiros e garimpeiros ilegais apoiados por Bolsonaro, com invasão de terras indígenas, destruição criminosa de matas, grilagem de terras, corte de árvores seculares. O branco da paz



cede lugar a massacres diários, mortes, sacrifícios impostos ao povo que enfrenta de novo a fome e a miséria. O azul ficou enfumaçado por queimadas descontroladas feitas sob a omissão governamental.

A independência é sinônimo de liberdade e soberania. A do Brasil, é uma luta diária, como fizeram os governos do PT, de 2003 até o golpe de 2016. Hoje, a soberania vem sendo solapada com a venda de empresas estatais e riquezas nacionais a grupo estrangeiros e um projeto neoliberal de vassalagem perante o grande capital multinacional. O pré-sal, que seria uma forma de garantir o desenvolvimento econômico, social e educacional do País, foi entregue às grandes petrolíferas do exterior, já nos primeiros meses do golpe.

Os dados dos dois anos e 8 meses desse governo são assustadores. Quase 600 mil pessoas mortas pela Covid-19, em razão do desprezo de Bolsonaro às vacinas e medidas de prevenção. Os preços dos alimentos, dos combustíveis e da luz dispararam. O Brasil tem mais de 60 milhões de brasileiros desempregados, subocupados e desalentados. Direitos econômicos, sociais e previdenciários do povo continuam sendo roubados.

O que comemorar em 7 de setembro com um presidente que despreza a vida, o povo, e recomenda comprar fuzil em lugar de feijão? Um presidente que desdenha da dor dos que perderam entes queridos para a Covid, humilha os que passam fome.

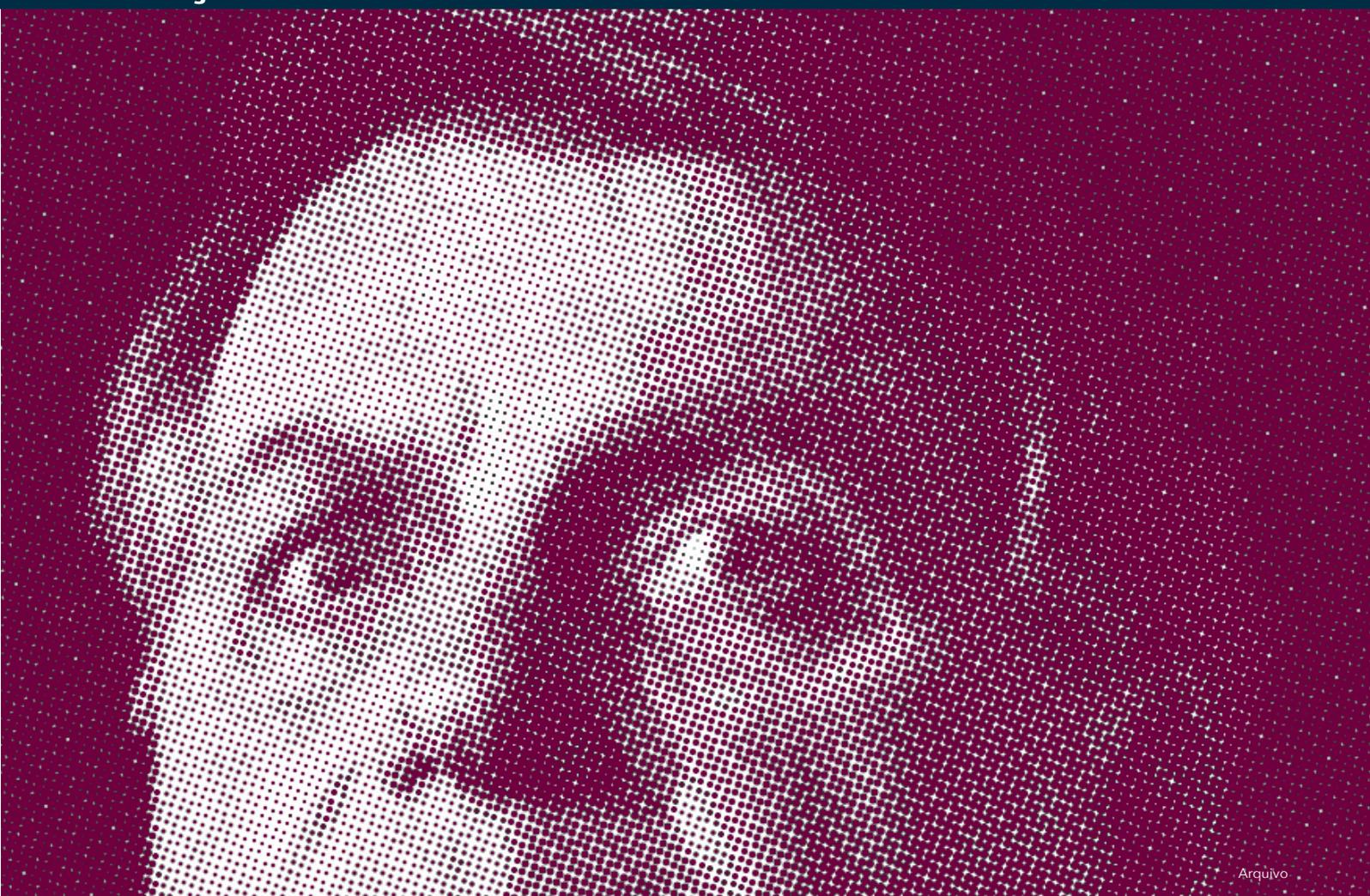
A população brasileira quer paz, com comida à mesa, empregos, liberdade, renda e condições de educar seus filhos com tranquilidade e um mínimo de previsibilidade com um governo que pense nos interesses coletivos, respeito às instituições e à democracia. O 7 de setembro das forças progressistas e democráticas é de luta contra os retrocessos e em defesa da Educação Pública, do SUS, das riquezas nacionais, das empresas estatais estratégicas, do meio ambiente, dos povos indígenas, da agricultura familiar, da solidariedade, da liberdade e da democracia. Em defesa da soberania nacional e contra a submissão do Brasil a interesses estrangeiros e ao neocolonialismo.

A data suscita reflexão sobre que país que temos e o que queremos. A verdadeira independência ainda não foi conquistada.

Neste 7 de setembro, o Grito dos Excluídos, em sua 27ª edição, tem que ter garantida sua expressão nas ruas, mesmo diante das ameaças do bolsonarismo. A luta dos trabalhadores por direitos no País é vital para denunciar os desmandos do desgoverno Bolsonaro, um preposto de interesses antinacionais que já bateu continência para a bandeira dos EUA.

O caminho para o Brasil ser mais feliz e trilhar o rumo do desenvolvimento econômico e social justo, fraterno e solidário, com respeito à soberania nacional, nós já conhecemos. Chama-se Luiz Inácio Lula da Silva. Fora, Bolsonaro! •

Deputado federal pelo Rio Grande do Sul, é líder do PT na Câmara dos Deputados.



Arquivo

MENOS POPULAR, MAIS EXTREMISTA

A popularidade do líder da extrema-direita segue em queda. Bolsonaro enfrenta agora um dos piores momentos do governo, superior até ao momento mais agudo do início da pandemia

Matheus Tancredo Toledo

As vésperas das manifestações bolsonaristas de 7 de Setembro, institutos seguem apontando recordes de reprovação do governo e rejeição ao atual presidente, além da percepção de problemas relacionados à economia no Brasil. Além disso, a população parece ver cada vez com mais cautela a presença de militares no governo. Enquanto isso, aumenta a van-

tagem de Lula contra Bolsonaro nos cenários eleitorais.

A mais recente pesquisa do instituto Quaest corrobora levantamentos anteriores. A avaliação negativa do governo segue em tendência de alta, num patamar de 48% segundo o instituto – um aumento de 4 pontos percentuais em relação ao levantamento anterior. Vale frisar que Bolsonaro enfrenta um dos piores momentos em termos de popularidade, superior até – a depender da pesquisa – ao momento mais agudo do início da pandemia

no Brasil (entre abril e junho de 2020).

Dados dos últimos levantamentos dão pistas do que pode levar cerca de metade dos brasileiros a reprovar o governo – e um número ainda maior a rejeitar o presidente. Segundo a pesquisa da Quaest, houve um crescimento considerável da percepção de que o problema do país é econômico. Se em julho, 10% dos entrevistados apontaram este como principal problema do país, na última pesquisa foram 21%.

Outros temas relacionados também são mencionados, como o desemprego (14%), a pobreza/ desigualdade (9%) e a inflação (6%). O crescimento desta percepção acompanha uma diminuição na percepção em relação à saúde e pandemia, cuja menção diminuiu de 41% para 28% no mesmo período – coincidente com o avanço da vacinação no Brasil.

Em uma pergunta específica sobre a situação econômica, a Quaest aferiu que são 68% os que sentem que houve piora nos últimos 12 meses. Um número semelhante, de 65%, acreditam que o Brasil não controlará o aumento de preços nos próximos meses. São dados que dialogam com os resultados da pesquisa XP/Ipespe de agosto, já mencionados no artigo anterior: foram 63% que veem a economia brasileira no caminho errado.

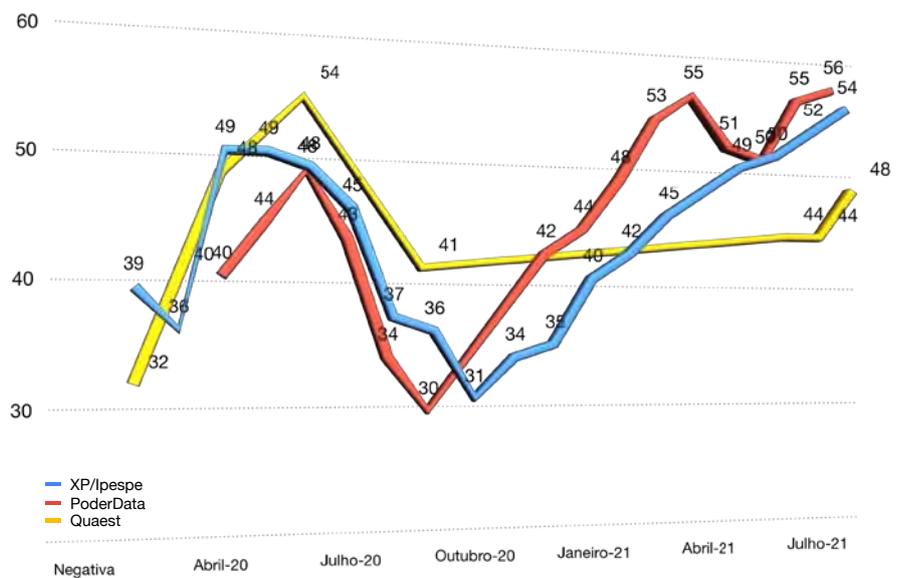
Enquanto os brasileiros sofrem com preços cada vez mais altos num momento de incerteza econômica, desemprego e queda na renda, aposta na radicalização que o bolsonarismo tem feito, ameaçando à democracia e prometendo tomar as ruas contra os outros Poderes não aparenta ter apoio para além dos seguidores mais fiéis do presidente.

A pesquisa PoderData de agosto, por exemplo, trouxe que 52% dos brasileiros consideram negativa a presença de militares na política e no governo – o que destoia do pedido de bolsonaristas para que estes intervenham na democracia para beneficiar o presidente.

O trabalho das Forças Armadas no país é visto como ruim ou péssimo para 29% dos brasileiros, um aumento de 13 pontos percentuais desde janeiro deste ano. No mesmo período houve queda de 11 pontos na percepção positiva, que agora é de 30% – o que demonstra que a atuação dos militares

Avaliação negativa governo Bolsonaro

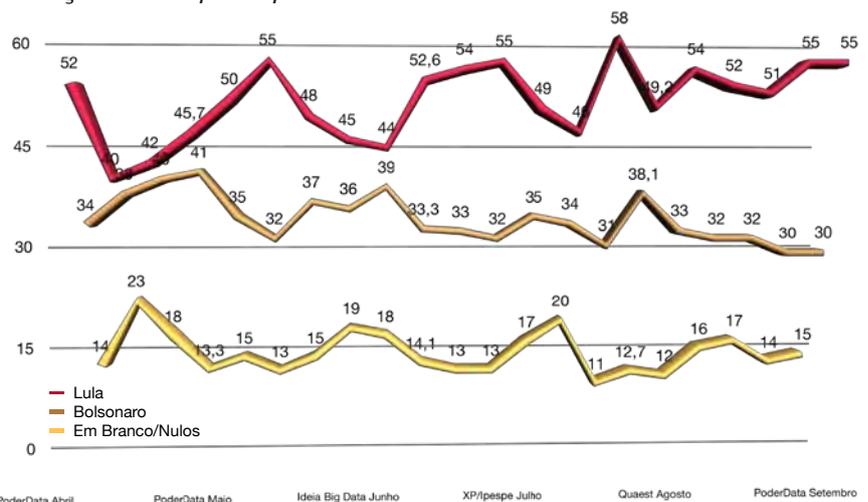
Evolução nas pesquisas



Dados compilados pelo Núcleo de Opinião Pública, Pesquisa e Estudos (Noppe) da Fundação Perseu Abramo

Segundo turno Lula x Bolsonaro

Evolução nas pesquisas



Dados compilados pelo Núcleo de Opinião Pública, Pesquisa e Estudos (Noppe) da Fundação Perseu Abramo

próximos ao presidente da República tem abalado o prestígio que as Forças historicamente tinham no Brasil.

Por fim, a pesquisa Quaest explicita a ampliação da vantagem do ex-presidente em uma eventual disputa de segundo turno para 25 pontos (dado que o último levantamento do Poderdata também traz), e uma possível vitória logo no primeiro.

No cenário reduzido – com Lula, Bolsonaro, Dória e Ciro – o ex-presidente teria 54% dos

votos válidos, enquanto nos cenários mais ampliados varia de 49 a 50% – os cenários incluem nomes como José Datena, Luiz Henrique Mandetta, Eduardo Leite e Simone Tebet. O instituto também perguntou quais as razões da escolha de parte dos entrevistados em Lula: 59% por sua gestão, 12% pela economia, 8% por anti-bolsonaro, 5% por características pessoais e 16% por razões diversas. •

Cientista político, é analista do Noppe da Fundação Perseu Abramo.

QUEM TEM MEDO DE LULA?

Não há ignomínia maior do que colocar o ex-presidente da República com Bolsonaro no mesmo saco. Por que comparam o mais bem-sucedido presidente do Brasil no período pós-ditadura ao facínora que está hoje no poder?

Rogério César de
Cerqueira Leite



São três grandes figuras do empresariado nacional e uma louvável preocupação com o futuro do

país; isto é inegável ("Nem Bolsonaro, nem Lula"; Horácio Lafer Piva, Pedro Pedro Wongtschowski e Pedro Passos - O Estado de S. Paulo, 13/8). Três mosqueteiros em busca do Santo Graal! Perdoem-me o anacronismo. Já pensaram que haviam encontrado em Luciano Huck o salvador da pátria, imaginem só. O que seria do Brasil tornado em espetáculo circense de demagogia barata? Qualquer coisa para derrotar Lula. E, com isso, acompanham as "viúvas do PSDB".

Disseram que Lula é ignorante. Mas foi ele que criou 17 universidades, com 31 campi. Será que foi por ignorância que percebeu o quanto é importante para a juventude brasileira ver seu sonho de ascensão social realizado? Será a criação de universidades consequência da ignorância? E, no entanto, dizem que Lula é um ignorante.

Dizem que Lula nunca leu Shakespeare, que não é letrado. Ora, não foi Lula o presidente que mais atenção deu ao ensino médio? Quem mais escolas criou? Seria esta a iniciativa de quem não preza a educação?

Dizem que Lula foi maléfico para a indústria. Mas quem foi que revitalizou a indústria naval, a de bens de capital e até a de informática? Nunca, a não ser durante a

administração Ernesto Geisel, teve a indústria brasileira tanto apoio. É isso despreço pela indústria? E, no entanto, os empresários o acusam de atrasado.

Dizem: Lula não fala inglês, nem francês, nem sequer espanhol.

Portanto não pode entender os negócios estrangeiros. Ué, pois não foi durante a sua Presidência, independente, autônoma, que teve o Brasil e sua política externa o maior prestígio internacional à nossa eficiência? Será que querem o entreguismo, o servilismo de FHC de volta? Sim, Lula não fala inglês, como dizem eles, mas é mais sagaz e mais astuto que qualquer outro estadista brasileiro do PSDB.

Lula é um imediatista, não pen-

PELA
GOVERNABILIDADE,
LULA CEDEU POR
VEZES A PRESSÕES
DO CENTRÃO. MAS
QUE PRESIDENTE
NÃO CEDEU? SÓ
DILMA, E VEJAM O
QUE ACONTECEU!

sa no futuro. Ora, foi durante sua administração que o orçamento da Ciência e Tecnologia mais que dobrou.

Falam da desigualdade. Mas não foi Lula que tirou 30 milhões de brasileiros da pobreza? Não foi ele que aumentou o salário mínimo, duplicando-o? Mas eles dizem que Lula não ajudou os pobres.

Condenam Lula, junto com Bolsonaro, por atacar as instituições. Mas ninguém respeitou mais o Congresso, o STF, as Forças Armadas. Não há ignomínia maior do que colocar Lula e Bolsonaro no mesmo saco.

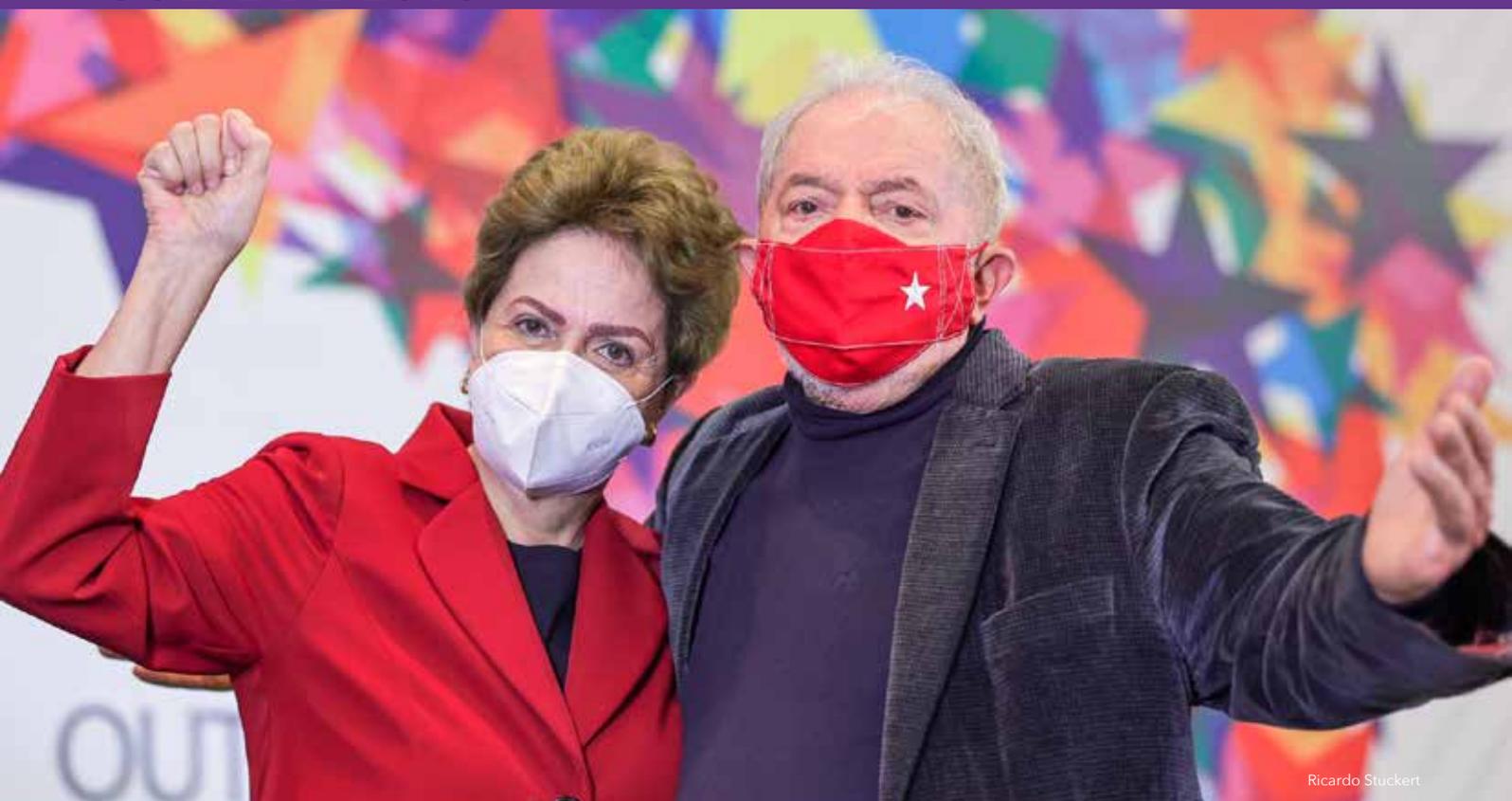
Justamente esses empresários foram cujas empresas mais se beneficiaram durante a administração Lula. Ou não foram?

Sim, pela governabilidade, Lula cedeu por vezes a pressões do centrão. Mas que presidente não cedeu? Só Dilma, e viram o que aconteceu!

Então, por que têm medo de Lula? Por que comparam o mais bem-sucedido presidente do Brasil no período pós-ditadura ao facínora que está hoje no poder? Será saudosismo pelo defunto PSDB, o partido das elites? Não pode ser só isso. Talvez seja um impulso, primeiro, biológico. Rockefellers jogam golfe com Gettys e não com seus garçons. "Eles não são dos nossos." "Um operário é um operário." "Somos uma casta superior, nós, da elite."

Como pode um operário presidir o Brasil? Dando ordens a nós, da elite? Eis a questão. •

Engenheiro eletrônico e físico é graduado pelo Instituto Tecnológico de Aeronáutica e fez doutorado em Física pela Universidade de Paris.



Ricardo Stuckert

RESISTIMOS No lançamento do livro, Dilma lembrou que o Golpe de 2016 resultou na prisão ilegal de Lula

DILMA: O GOLPE CORROEU O TECIDO POLÍTICO DO PAÍS

Em lançamento do livro “Brasil: Cinco Anos de Golpe e Destruição”, a ex-presidenta diz que Lula será chamado a reconstruir o Brasil

Isaías Dalle

Fazia exatamente cinco anos do Golpe de 2016 e da derrubada de Dilma Rousseff da Presidência da República quando a Fundação Perseu Abramo promoveu o lançamento do livro “Brasil: Cinco Anos de Golpe e Destruição”, na sede do Sindicato dos Metalúrgicos do ABC. A principal personagem do evento, ocorrido na terça-feira, 31, Dilma fez uma refinada análise sobre aquilo que chamou de processo do golpe, anterior ao próprio im-

peachment e que se prolonga na ascensão do presidente Jair Bolsonaro.

Por sua vez, Lula, em quem se depositam as esperanças para a interrupção desse processo, fez uma previsão otimista para 2022. “A gente pode voltar. E nossa vingança vai ser mais educação, mais salário, mais cultura, mais oportunidades, fazer mais e melhor”, afirmou o ex-presidente, na frase com que encerrou seu discurso na cerimônia de lançamento do livro.

Para Dilma, a obsessão em impedir que o PT caminhasse para uma quinta eleição consecutiva,

e com isso mantivesse o processo de romper as amarras do Estado e do país ao projeto neoliberal, fez com que a oposição desse “um tiro no pé”. Para ela, o impeachment esfacelou o centro político e até mesmo a direita, o que torna inviável o sonho de alguns de construir a chamada terceira via. E, fez uma ironia: quem será chamado para recompor o tecido político e social, esgarçado pelo golpe, será o PT. “O mesmo que quiseram destruir”, lembrou.

“Houve uma corrosão do centro, da centro-direita e da direita. Por isso é tão difícil viabilizar uma

candidatura da terceira via. Como efeito secundário do combate ao PT, atingiram eles mesmos. E elegeram um candidato fora da esfera, embora estivesse havia séculos no Congresso”, disse. Para Dilma, a confluência do projeto neoliberal com a pauta neofascista representada pelo bolsonarismo é uma consequência trágica e inesperada, até mesmo para ela, que em 31 de agosto de 2016, quando o Senado confirmou seu afastamento, afirmara que o golpe era contra o povo e os direitos sociais.

“O desdobramento do golpe muda a conjuntura: o neofascismo por tendência busca a radicalização, e o Bolsonaro não tem nenhuma proposta de gestão. Como ele mesmo disse nos Estados Unidos, ele veio para destruir”, denuncia a ex-presidenta. “É uma gestão de destruição, para inviabilizar qualquer retomada futura. É um processo aterrador. Não é um processo eventual”.

Dilma identificou três etapas do golpe: a não-aceitação de sua vitória em 2014, inclusive por parte da imprensa, com seu posterior impeachment fraudulento; a condenação e prisão ilegais de Lula; e, por fim, o jogo sujo contra Fernando Haddad, candidato do PT à Presidência em 2018, em substituição a Lula. “Haddad também foi objeto de um golpe”, disse Dilma. “Jogaram sobre seus ombros uma tonelada de fake news”.

Como pano de fundo da campanha sistemática contra o PT, Dilma identifica o que chamou de “algo genérico”, uma série de acusações que tentava esconder as reais motivações. “A razão é que o algo genérico que há contra nós é que somos aqueles que impediam a adoção da agenda neoliberal”, advertiu. “Lula usou os mecanismos que um governo tem para gerar uma agenda de desenvolvimento com inclusão social. Não nos encaixamos na unipolarização representada pelos EUA. E,

Ricardo Stuckert



VOLTAREMOS Lula reacende a esperança: “A gente pode voltar e fazer mais”

enquadrarmos-nos significava acabar com as políticas sociais”.

Para Lula, cuja fala encerrou a cerimônia de lançamento do livro, a perseguição ao PT foi a morte da racionalidade. “O impeachment começou quando a gente fundou o partido. É muito difícil que uma sociedade com a mentalidade escravagista aceite que uma trabalhadora doméstica almoce no horário que todas as pessoas têm o direito de almoçar e não precise esperar os patrões terminarem”, exemplificou.

“Tudo isso é uma atitude irra-

LULA: “A MENTIRA SÓ NÃO PERMANECEU PORQUE A MILITÂNCIA E A IMPRENSA INTERNACIONAL DENUNCIARAM O GOLPE DE ESTADO”

cional de parte da elite econômica e não tem jeito de explicar de forma racional essa atitude irracional. Tudo foi baseado numa mentira. E 2018 foi a coroação da mentira. E essa mentira só não permaneceu porque a nossa militância, com a ajuda dos partidos aliados e da imprensa internacional, não deixamos dizer que aquilo era impeachment. Era golpe”, completou o futuro candidato a presidente.

O presidente da Fundação Perseu Abramo e ex-ministro da Casa Civil e da Educação do governo Dilma, Aloizio Mercadante, destacou em seu discurso: “O golpe ocorreu para impedir futuro e para restaurar os retrocessos. O golpe foi contra a esperança e pelo ódio, para o ódio. O golpe instaurou a intolerância e a discriminação. Criminalizou a política, que hoje agride e ameaça as instituições democráticas. O golpe foi, sobretudo, contra a cidadã e o cidadão”.

O livro “Brasil: Cinco Anos de Golpe e Destruição” traz um inventário dos retrocessos no Brasil desde a derrubada de Dilma. Com 324 páginas e colaboração de centenas de especialistas dos Núcleos de Acompanhamento de Políticas Públicas (Naaps) da Fundação, a obra abrange diversos segmentos da economia, política, cultura, meio ambiente e políticas sociais. O livro pode ser baixado gratuitamente no [site da Fundação Perseu Abramo](#). •

RESISTIMOS E VOLTAREMOS

Ricardo Stuckert



DEPOIMENTOS DA RESISTÊNCIA

O lançamento do livro “Brasil, Cinco Anos de Golpe e Destruição” teve a participação de ex-integrantes do governo Dilma, parlamentares que enfrentaram o impeachment fraudulento e que ocupam hoje novos mandatos. Também participaram líderes de movimentos sindicais e sociais. O evento foi transmitido ao vivo e pode ser visto no canal do youtube da FPA.

Sandra Brandão, coordenadora do livro e ex-chefe do gabinete de informações de Dilma: “Nossa intenção era fazer um material bem curto para o livro. Mas as páginas foram se multiplicando a partir das mudanças produzidas pelo golpe. Foram duas reformas estruturais, 18 emendas constitucionais, incluindo a Emenda 95, todas com um propósito: implantar um estado excludente e neoliberal no país. Tirar o povo do orçamento”.

Nilma Gomes, ex-ministra das Mulheres, da Igualdade Racial e dos Direitos Humanos: “Hoje nós não

temos orçamento, o programa de igualdade racial saiu do orçamento. E sem orçamento, não há política. Nós precisamos retomar e reconstruir o Brasil”.

Tereza Campello, ex-ministra do Desenvolvimento Social: “Temos menos de 30% do orçamento social que havia. Houve uma destruição multidimensional das políticas, por isso estamos voltando a patamares de pobreza que não tínhamos há mais de 20 anos”.

Izabella Teixeira, ex-ministra do Meio Ambiente: “As melhores taxas de combate ao desmatamento foram justamente alcançadas no governo Dilma. Alcançamos o reconhecimento internacional. Hoje temos problemas de coordenação. Não tem nenhum interesse nas questões ambientais”.

Celso Amorim, ex-chanceler: “O Brasil era chamado para debater diferentes temas porque sempre defendia princípios coerentes de autodeterminação e paz. Tudo isso foi rapidamente destruído. Saímos de uma posição de sermos procurados para qualquer tema para uma posição totalmente marginal”.

José Eduardo Cardoso, ex-ministro da Justiça: “Esta situação de oportunismo trouxe consequências seríssimas. Criou-se o vale-tudo no Brasil”.

Eleonora Menicucci, ex-ministra de Políticas para as Mulheres: “2016 foi um desmonte absurdo das políticas para as mulheres e culmina com o orçamento com zero reais – sim, zero reais para a pasta. A violência contra a mulher hoje é uma epidemia”.

Miguel Rosseto, ex-ministro da Secretaria-Geral da Presidência e do Trabalho: “O golpe foi contra o nosso país. A devastação do trabalho no Brasil é imensa. Temos ou desemprego ou a mais absoluta insegurança”.

Nelson Barbosa, ex-ministro da Fazenda e do Planejamento: “Já foi destruída muita coisa, mas há coisas que ainda resistem. O Bolsa Família, que só criticavam, virou tábua de salvação. Não tem investimento, mas principalmente, não tem sonho. O Brasil já disse: não quero um país para poucos. Por isso é que o PT vai voltar”.

Vanessa Graziotin, ex-senadora (PCdoB-AM): “O que temos que celebrar é a esperança. Bolsonaro não era o plano dos capitalistas liberais, foi o que sobrou para eles. Neste momento de tristeza quero dizer que estaremos juntos para a reconstrução de um outro Brasil”.

Edva Aguilar, enfermeira, líder do movimento Volta Dilma: “Nos chamavam de peruas vermelhas. Mas coube ao tempo mostrar que as consequências do golpe são terríveis. E mostrar para o STF que o golpe é anulável sim”.

Lindbergh Farias, vereador e ex-senador (PT-RJ): “Nós estamos conseguindo impor nossa narrativa. E sua dignidade, Dilma, foi o que nos orientou. A senhora foi gigante”.

Elvino Bohn Gass, deputado federal (PT-RS) e líder do PT na Câmara: “Quando ouvimos uma apologia à tortura durante uma votação, já deveria ter sido tomada uma ação. Talvez não estivéssemos vivendo esta tragédia. A sua fala, presidenta, de que o golpe era contra o povo, se confirmou: a vida está do jeito que está”.

Fernando Haddad, candidato a presidente em 2018: “Quem sabe, presidenta, esse sofrimento todo não seja apenas um momento de profunda reflexão em que assimilamos todos os desmandos que afligiram o Brasil por 500 anos e tenhamos no bicentenário da Independência nossa verdadeira alforria. 2022 está aí. Vamos vencer e vamos te homenagear, presidenta”.

Gleisi Hoffmann, presidenta do PT: “À época, não tínhamos força política para vencer, mas marcamos que aquilo era um golpe. Nossa militância enfrentou. E hoje todo mundo sabe que aquilo não foi um impeachment. Hoje, Lula passa a ser a esperança política do povo brasileiro. E somos chamados a conversar, inclusive por alguns que apoiaram aquele momento”. •

ASSOCIATED PRESS LANÇA NOS EUA LIVRO SOBRE A DERRUBADA DE DILMA

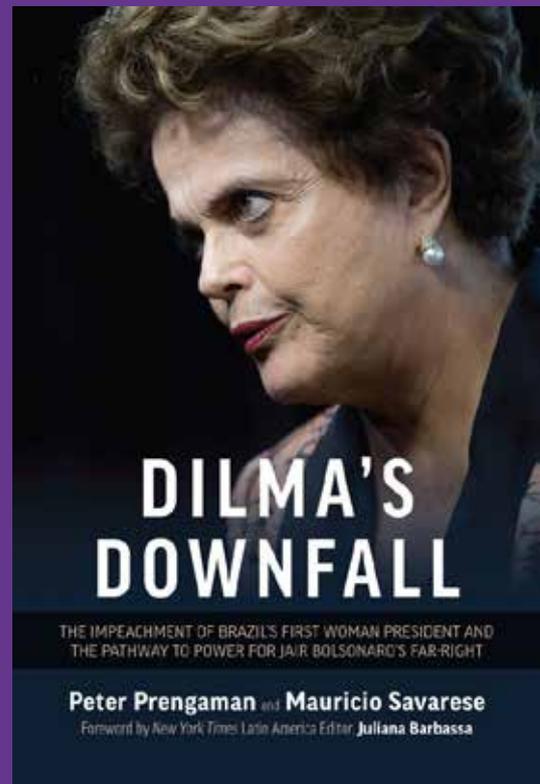
“A queda de Dilma: o impeachment da primeira mulher presidente do Brasil e o caminho para a chegada ao poder da extrema-direita de Jair Bolsonaro”, o livro que ganhou lançamento global da Associated Press, narra a destituição de Dilma Rousseff, que muitos observadores citam como a causa raiz dos maiores problemas que assolam hoje a maior nação da América Latina.

Por meio de entrevistas, incluindo a própria Dilma, e uma pesquisa profunda, além da experiência pessoal cobrindo o impeachment em 2016, o correspondente Mauricio Savarese e o ex-chefe da AP no Brasil Peter Prengaman apresentam um exame detalhado e essencial deste período crítico da história do Brasil.

O livro descreve a ascensão e queda de Dilma, a ex-guerrilheira que se tornou presidente, mostrando como a traição, a sede de poder de ex-aliados, os problemas com a economia e as dificuldades na política alimentaram o afastamento de uma presidenta eleita democraticamente com base em acusações de má gestão do orçamento.

“Dilma's Downfall” – edição em língua inglesa e já à [venda no site da Amazon](#) – fornece uma perspectiva para entender as divisões políticas no Brasil e a crise agravada pela pandemia da Covid. “Cada capítulo é um vislumbre da complexa cultura política de um dos países mais racialmente diversificados e famosos do mundo”, diz o diretor da AP, Peter Costanzo.

Savarese e Prengaman descrevem as personalidades dos



principais jogadores do impeachment, incluindo o vice Michel Temer, acusado de liderar a ofensiva para destituir a presidenta, e detalham como o processo assegurou espaço para a ascensão do presidente Jair Bolsonaro, na época um deputado marginal da extrema direita nacional.

“Escrevemos para o público estrangeiro principalmente porque pesou o fato de que aconteceram tantas coisas naquele processo que queríamos colocar uma certa ordem para contar o que aconteceu a um público que não lê sobre o Brasil diariamente”, explica Maurício Savarese.

Ele diz que contar a história do processo de impeachment ao público estrangeiro pareceu importante para explicar o que aconteceu com o Brasil. “E também a descrever um pouco da cultura política do país por meio dos personagens principais”. •



A AMAZÔNIA É SOLUÇÃO PARA O BRASIL E O MUNDO

O papel da floresta é fundamental no enfrentamento da crise ambiental. É necessário transitar do atual modelo de exploração insustentável de seus recursos naturais para uma proposta de convívio respeitoso entre homem e natureza

Diretoria da Fundação Perseu Abramo

Cinco de setembro é o Dia da Amazônia. Infelizmente, não há muito o que celebrar. A Amazônia enfrenta, desde 2016, uma intensa e perigosa devastação, agravada fortemente pelo governo Bolsonaro.

Desde os primeiros meses de 2019, revivemos o aumento acentuado do desmatamento, que chegou a mais de 9 mil km² em 2019, refletindo uma alta de 100% em cinco anos. O acumulado nos últimos 12 meses é 57% maior do que o registrado no período anterior, de 2019 a 2020. Apenas em

julho deste ano, a Amazônia perdeu uma área de floresta maior do que a da cidade de São Paulo.

A principal contribuição do Brasil para o agravamento das mudanças climáticas é o desmatamento e a degradação florestal na Amazônia. Além do desmatamento, a mineração avança sobre a Amazônia. Segundo dados inéditos da plataforma MapBiomas, divulgada em agosto, três de cada quatro hectares minerados no Brasil em 2020 estavam na Amazônia. Com o agravante de que a expansão do garimpo sobre territórios indígenas cresceu 495% e em unidades de conservação, 301%, entre 2010 e 2020.

Há conexão direta do bolsonarismo com os segmentos ligados a exploração garimpeira, que estão invadindo deliberadamente os territórios Mundurucu e Yanomami com armas pesadas e munição, gerando graves conflitos no último ano. Além da ilegalidade desta atividade, ela traz imensos impactos ambientais, sanitários e de desagregação social e desterritorialização das populações, devido à degradação florestal e ao acentuado uso de mercúrio.

Dentre todos os segmentos sociais da Amazônia, certamente os povos indígenas e seus territórios têm sido as principais vítimas de ataques e violações de direitos,

desde o governo Temer, situação agravada a partir de 2019. Todos os processos administrativos de demarcação de terras indígenas encontram-se paralisados por ordem direta de Bolsonaro. A repetição continuada de sua retórica belicista e agressiva contra indígenas, quilombolas e o meio ambiente, tornou-se uma espécie de “senha” para ações de grupos que se sentem à vontade para agir fora da lei em todas as Áreas Protegidas na Amazônia, justamente onde ocorrem os menores índices de desmatamento.

Cientistas brasileiros e estrangeiros mostram as vulnerabilidades do Brasil e da Amazônia diante dos impactos climáticos. A crise hídrica é um recado inequívoco de que o atual modelo de exploração da natureza está esgotado. A situação é de emergência e cessar o desmatamento e recuperar as áreas degradadas da floresta, são soluções que não podem mais ser adiadas.

Diante desse grave cenário de médio prazo, será necessário pensarmos a defesa das populações ribeirinhas, urbanizadas ou não, que estarão expostas a eventos extremos de seca e inundações provocadas pelas mudanças climáticas em curso, que levarão a sérias consequências para a economia e a saúde.

Diante desse rastro de destruição, os cientistas já preveem a irreversibilidade dos danos infligidos à floresta e os protestos em defesa da Amazônia se fazem ouvir não só no Brasil, mas no mundo.

Há muito que este bioma, decisivo para o equilíbrio ambiental e climático do planeta, é reconhecido como um repositório de serviços ecológicos únicos. Embora ameaçado como nunca, ainda permanece bastante conservado em termos de tamanho e

diversidade. O Brasil, que detém 60% da Amazônia, tem imensa responsabilidade em promover a proteção dos territórios e dos seres humanos e não humanos, que vivem na e da floresta, que é a maior coleção de plantas vivas e de espécies animais no mundo: uma em cada dez espécies conhecidas vive na Amazônia.

Hoje, cerca de 25 milhões de habitantes formam uma complexa diversidade sociocultural na Amazônia brasileira, distribuída em uma área legal que equivale a 56% do território nacional. Os que detêm um conhecimento único sobre esse gigantesco ecossistema são os 170 povos indígenas, as 357 comunidades remanescentes de quilombos, de seringueiros, castanheiros, ribeirinhos e camponeses. A maior parte dessas populações das águas e das florestas, mas também de outras regiões do Brasil, vive nos núcleos urbanos da Amazônia, como resultado de processos migratórios e de êxodo rural intensos. E, diante disso, as cidades apresentam desafios socioambientais próprios.

É necessário, portanto, coincidir temporalidades e ajustar ritmos do homem à natureza. Os amazônidas estão convencidos da necessidade de um projeto baseado no uso sustentável da biodiversidade, no respeito à diversidade sociocultural, na inclusão, na geração de trabalho e renda, no respeito à equidade de gênero, racial, étnica e geracional.

Durante os governos do PT, foram criados e fortalecidos diversos marcos legais para regular as mudanças climáticas e o uso sustentável da biodiversidade, ampliados os territórios de uso coletivo como as Terras Indígenas, Terras Quilombolas, Reservas Extrativistas e as Unidades de Conservação de Uso Sustentável, e foram obtidos

resultados exitosos na redução do desmatamento e das emissões de gases do efeito estufa, além do protagonismo responsável nos fóruns internacionais sobre meio ambiente.

A Fundação Perseu Abramo reconhece que o papel da Amazônia é fundamental no enfrentamento da crise ambiental e que para responder aos anseios da enorme diversidade de sua população, do Brasil e do mundo, é necessário transitar do atual modelo de exploração insustentável de seus recursos naturais para uma proposta de convívio respeitoso entre homem e natureza, bebendo da ancestralidade inspiradora dos povos indígenas e comunidades tradicionais.

A retomada das demarcações de terras indígenas e a criação de reservas extrativistas e demais unidades de conservação deverá ser acompanhada da reconstrução e fortalecimento de órgãos como a Funai, o Ibama e o ICMBio, indispensáveis no papel de controle do desmatamento na Amazônia.

Para enfrentar esse enorme desafio, precisamos retomar a construção de um novo modelo baseado em ampla participação popular, com o desenvolvimento de capacidades locais, na ampliação da infraestrutura de ciência, tecnologia e inovação regionais, para promover as opções econômicas, culturais e de relações com mercados, a partir das potencialidades dos territórios que abrigam a diversidade amazônica, inclusive em cooperação com os países da Pan-Amazônia, através da Organização do Tratado de Cooperação Amazônica.

Caberá também promover a agregação de valor às matérias primas da biodiversidade, dos recursos aquáticos, dos solos e sub-solos, criando ambientes fa-



PING PONG | JOSÉ CARLOS LIMA

“BOLSONARO ESTÁ DESTRUINDO TUDO”

Derrotar Jair Bolsonaro é fundamental para que o Brasil se recupere e deixe de ser um pária internacional. A reeleição do atual presidente da República provocaria um caos completo no meio ambiente brasileiro, afirma José Carlos Lima, presidente da Fundação Herbert Daniel, ligada ao Partido Verde (PV). Nesta entrevista, ele diz acreditar na possibilidade de resgatar o sistema público de gestão ambiental e afirma ser necessário ir além de denunciar. Diante da conjuntura, a Fundação Verde Herbert Daniel se reuniu com a Fundação Perseu Abramo e está em andamento uma proposta para a construção de uma plataforma conjunta para 2022.

Focus Brasil – Muitos alertas estão sendo feitos sobre a devastação do meio ambiente no Brasil, há uma preocupação muito grande com o tamanho do estrago. Não só pela devastação, mas também

voráveis à articulação entre os conhecimentos científicos e tradicionais para um processo de industrialização sustentado em bases regionais e que valorize a economia da floresta e a conservação das águas.

Uma revolução tecnológica é necessária na Amazônia, para garantir a sustentabilidade e o baixo impacto ambiental das economias de todos os portes já estabelecidas, assim como no sentido de geração de fontes de energia limpa. A agricultura familiar deve ser incentivada, como responsável pela conservação da agrobiodiversidade e pela produção de alimentos orgânicos para a mesa dos brasileiros, livres de fertilizantes químicos e de venenos, valorizando também a rica gastronomia amazônica.

O desafio em melhorar a qualidade de vida nas cidades amazônicas deve ser enfrentado com novas infraestruturas urbanas, especialmente, dos sistemas viário,

sanitário, informacional e energético, além do acesso amplo e democrático à saúde, à educação e à cultura.

Para uma Amazônia democrática e incluyente será fundamental a reformulação do papel e da estrutura dos incentivos fiscais, dos programas e investimentos da Superintendência de Desenvolvimento da Amazônia (Sudam) e, também, do Banco de Desenvolvimento da Amazônia (Basa). Instituições que devem ser fortalecidas como agentes fundamentais das mudanças que a FPA defende para a Amazônia.

A FPA continuará lutando pela preservação e conservação da Amazônia como um patrimônio que pertence a todos os brasileiros, e acredita que os amazônidas podem liderar a criação de alternativas capazes de enfrentar os desafios da crise ambiental – a degradação dos solos, a escassez de água, a perda de biodiversidade, as mudanças climáticas e a crise

humanitária que nos ameaçam. Vivemos uma emergência climática inadiável para mitigações e soluções na Amazônia.

Euclides da Cunha disse no início do século 20 que a Amazônia é “a última página incompleta do Gênesis”, e que “é uma terra que ainda se está preparando para o homem – para o homem que a invadiu fora de tempo, impertinentemente, em plena arrumação de um cenário maravilhoso”. Agora, diante dos desafios do século 21, devemos assumir que sua completude só será plasmada, no sentido de um desenvolvimento respeitoso com a Hiléia, como a definiu Humboldt, com o esforço imprescindível de abrir o diálogo com a sociedade regional, nacional e internacional, para buscarmos construir políticas sustentáveis e inovadoras, para preservar esse fantástico bioma e, assim, beneficiar a todos. Esta tarefa constitui um dever desta geração de brasileiros. •

pelo sistema de gestão do meio ambiente. O senhor acredita que ainda exista a possibilidade de reverter os danos que foram causados pelo governo Bolsonaro?

José Carlos Lima – Os danos provocados pelo governo Bolsonaro no sistema de gestão ambiental, mexendo no ICMBio, no Ibama, interferência política nos órgãos foram grandes. O governo destruiu o Conselho Nacional de Meio Ambiente, o Conama, um órgão muito importante e respeitado não só na gestão do meio ambiente. Há um conselho que hoje não funciona mais, não tem respeitabilidade. Bolsonaro foi destruindo tudo. O mais grave foi o Fundo Amazônia. Tudo é grave, mas este era um fundo de solidariedade internacional, que colocava o Brasil como grande nação protagonista da questão ambiental. Todas as decisões passavam pelo Brasil e tínhamos conseguido solidariedade internacional da Alemanha, da Noruega, dos países da Europa. Isso nos colocava no patamar que merecíamos pelo trabalho que a gente vinha fazendo. Então, esse recursos foram colocados à disposição do Fundo Amazônia para apoiar a sociedade. O artigo 225 da Constituição diz que a responsabilidade sobre o meio ambiente é do poder público nos seus entes diversos, mas também da sociedade civil. E a participação dela é fundamental. Eu não concebo um Estado forte sem uma sociedade civil forte. Esse dinheiro, além da questão de ter a solidariedade internacional, era o reforço às instituições que não conseguem funcionar no Brasil porque a sociedade não foi acostumada a financiar os próprios organismos da sociedade. Quando a gente fala em ONG, elas não sobrevivem se não tiverem apoio governamental, não tem jeito. E não é só aqui, na Alemanha é assim também. O fundo ajudava as associações indígenas, ONGs que monitoram o desmatamento. E isso acabou. O sistema meteorológico dos mapas de desmatamento também foi desmon-

tado. E isso tudo aconteceu para o avanço do garimpo, da agricultura ilegal e do desmatamento. Acabaram com a fiscalização.

– A devastação do meio ambiente pode ser revertida?

– Estamos numa emergência climática, a sociedade precisa entender isso. Até então, se não fizéssemos o dever de casa, iríamos atingir um aumento de 1,5° da temperatura do planeta em 2060. Mas 262 cientistas emitiram um relatório para a ONU alertando que esse patamar será atingido em 2030. Perdemos 30 anos. A Amazônia é fundamental para a questão climática. Além disso, temos um problema econômico porque temos um potencial de recursos naturais que têm um valor muito grande. E nós estamos destruindo. O garimpeiro causa essa destruição. O ouro que ele tira de lá não gera riqueza nenhuma, não vai resolver o problema da miséria e pobreza.

– O que representaria para o meio ambiente uma nova vitória do Bolsonaro em 2022?

– Seria como se uma parte da sociedade estivesse dizendo sim à destruição, ao seu próprio fim. É pôr fim ao compromisso com as futuras gerações. Seria um sim a tudo o que não é bom para ninguém. O Brasil ficaria completamente isolado do planeta. Após oito anos deste governo, a gente estaria diante do caos completo. Ainda há jeito. Há, sim. Temos uma eleição pela frente e nesse processo precisamos de políticos que apresentem não só a denúncia. É preciso denunciar, gritar e mostrar a realidade para a sociedade. O povo brasileiro é o que menos percebe a sua própria realidade, o sistema de informação no Brasil é deficitário demais e, por isso, a informação não chega e o que se produz é muito pobre e tendencioso. Não é por acaso que Bolsonaro consegue fazer as pessoas acreditarem em mentiras utilizando fake news. Então, a gente precisa informar o povo sobre o que

está acontecendo e ele precisa saber que também tem responsabilidade. Mas é preciso apresentar um projeto viável capaz de produzir e preservar, gerar emprego e renda de qualidade, preservando o meio ambiente.

Dos governos civis, da ditadura militar para cá, o presidente Lula fez muito pela Amazônia, mas talvez pelo tempo ou por falta de um debate mais profundo não conseguimos construir coletivamente um modelo de desenvolvimento compatível com o bioma. Não cabe desmatamento, nem madeira, nem boi. É preciso construir esse modelo que impeça a continuidade do desmatamento.

– Nesse contexto, surge uma parceria entre a Fundação Verde Herbert Daniel e a Fundação Perseu Abramo. Você pode contar um pouco sobre a elaboração dessa plataforma conjunta?

– Tivemos uma primeira conversa a partir do Observatório da Democracia e estivemos com Lula a convite da Perseu Abramo. A receptividade dele foi ótima e isso nos encorajou a reunir os nossos pensadores com os da Perseu Abramo para fazer uma revisão de tudo o que já foi pensado. Vamos olhar todas as políticas públicas dos anos dos governos do PT e do tempo em que participamos do governo e outra parte em que criticamos no sentido da construção, não da destruição. Às vezes, radicalizamos pelo lado do ambientalismo, pelo lado do conservacionismo. Outras vezes, a pressão ruralista em cima do governo também fazia o seu papel. O momento é de fazer uma revisão dos dois lados e construirmos um programa para apresentar ao presidente Lula para o debate presidencial. Fizemos essa conversa e, depois de 7 de Setembro, devemos dar prosseguimento. É um momento em que os brasileiros que gostam do meio ambiente, da Amazônia, das questões indígenas devem sentar para fazer a reflexão e fazer a boa política acontecer. •

MÍDIA



HORA DE COMBATER A DESINFORMAÇÃO

Defesa da democracia exige regulação de fakes news. Mecanismos de propagação de campanhas de mentiras fazem parte de uma estratégia global da extrema direita para influenciar comportamentos e corromper instituições

Danilo Molina

As eleições presidenciais de 2018 foram caracterizadas pela disseminação em massa de notícias falsas. As chamadas fake news tiveram como maior beneficiário o candidato da extrema direita Jair Bolsonaro. Fazia parte de uma estratégia global, liderada por Steve Bannon, então consultor de Donald Trump. Por conta disso, a campanha de Bolsonaro responde a quatro ações por abusos econômicos e uso indevido de redes sociais junto ao Tribunal Superior Eleitoral (TSE).

Uma das ações, que pode resultar na cassação da chapa Jair Bolsonaro e Hamilton Mourão, investiga justamente o uso de nomes e CPFs de idosos para registrar chips de celular, usados para disparos em massa feitos pela equipe de campanha do então candidato do PSL. Ainda durante a campanha, a Folha denunciou a existência de um esquema de compra de pacotes de disparos

em massa de mensagens contra o PT no WhatsApp por empresas alinhadas ao bolsonarismo, como a Havan.

De acordo com a reportagem de Patrícia Campos Mello, cada contrato fechado pelos bolsonaristas chegou a atingir R\$ 12 milhões. A prática da campanha do candidato da extrema direita, contudo, é ilegal. A iniciativa viola a legislação eleitoral brasileira. É que a prática é considerada pela Justiça Eleitoral uma doação não declarada por empresas.

A campanha bolsonarista usou e abusou da prática irregular. A estratégia, além disso, representa uma grave contaminação do processo democrático, fortemente impactado pelas fake news. Também aponta para necessidade de um aprimoramento dos mecanismos legais, que permitam aos eleitores o acesso a informações verdadeiras sobre os candidatos e a propostas de governo na hora de decidir o voto.

Pesquisa de opinião do Data-Senado revelou que, em 2018, 45% dos entrevistados decidiram o voto levando em conside-

ração informações vistas em alguma rede social, especialmente o Whatsapp. Dados da organização Avaaz apontam que 98,21% dos eleitores de Bolsonaro foram expostos a uma ou mais notícias falsas durante a eleição – e 89,77% acreditaram que os fatos eram verdade.

Um caso emblemático de uso da mentira para manipular a verdade, que marcou as eleições de 2018, foi a entrevista de Bolsonaro ao Jornal Nacional, em 28 de agosto daquele ano. Na ocasião, ele mostrou, ao vivo, um livro que faria parte de um suposto “kit-gay”, disponível nas bibliotecas das escolas públicas. Uma mentira. Mas o ex-capitão não foi confrontado pelos apresentadores da Globo e a fake news prevaleceu.

Para se ter uma ideia do volume de mentiras de Bolsonaro nas eleições presidenciais, nos 70 dias iniciais da campanha de 2018, os institutos de checagem tiveram que desmentir mais de 100 boatos lançadas pelo bolsonarismo contra o então candidato Fernando Ha-

ddad (PT). Foram dois boatos desmentidos por dia, conforme pesquisa do Congresso em Foco. Outro dado relevante está em levantamento da Transparência Internacional, segundo o qual quatro em cada cinco brasileiros acreditam que notícias falsas foram disseminadas para influenciar a eleição de 2018.

O uso de instrumentos de distribuição em massa de mentiras não é exclusividade do Brasil, mas configura uma estratégia global da extrema direita para influenciar comportamentos e corromper a democracia. Outros escândalos foram desmascarados pela imprensa, como a manipulação da Cambridge Analytica, que envolveu a coleta irregular de dados de até 87 milhões de usuários do Facebook nas eleições britânicas e estadunidenses.

De posse dos dados desses usuários, a Cambridge Analytica atuou por meio da manipulação e disparo de peças publicitárias e fake news que ajudaram a eleger Trump na corrida presidencial norte-americana de 2016. A empresa ainda participou do plebiscito sobre a permanência ou não do Reino Unido na União Europeia, engajada do lado vitorioso, que aprovou o chamado Brexit.

O Facebook admitiu que a Cambridge Analytica utilizou um aplicativo para coletar informações de usuários sem seu conhecimento. Ao órgão regulador britânico, a própria empresa se declarou culpada por ter se negado a revelar dados pessoais que tinha extraído do Facebook.

Por conta disso, as autoridades e governos de todo o mundo têm procurado regular e combater a difusão de desinformação e de notícias falsas. O Tribunal de Contas Europeu estima que a União Europeia mobilizou perto de 50 milhões de euros para o



ESCÂNDALO Cambridge Analytica coletou irregularmente 87 milhões de perfis de usuários do Facebook, manipulando as eleições inglesas e americanas

combate à desinformação entre 2015 e 2020.

Em novembro de 2017, a Comunidade Europeia desenvolveu o “Roadmap: Fakenews and online disinformation”. O proposta busca regulamentar e combater o problema, monitorar notícias falsas e tirar os sites do ar o mais rápido possível.

A norma entende que o acesso universal a informação é um dos pilares basilares da democracia. Também traz informações sobre os impactos das fake news nas eleições americanas de 2016 e no processo do Brexit no Reino Unido.

Na Alemanha, está em vigor desde outubro de 2017 o Ato para cumprimento da Lei nas Redes Sociais. Segundo a legislação, provedores de redes sociais devem remover ou bloquear conteúdo manifestamente ilegal ou falso dentro do prazo de 24 horas, a contar da reclamação ou determinação judicial.

No Uruguai, os partidos políticos firmaram um pacto contra as fake news na campanha eleitoral de 2019, depois de iniciativa da Associação da Imprensa Uruguaia (APU, na sigla em espanhol).

Um dos dirigentes da Cam-

bridge Analytica era ninguém menos que Steve Bannon, preso nos Estados Unidos por lavagem de dinheiro e fraudes em campanhas online. Ele é idealizador e líder de uma aliança internacional de ultradireita chamada O Movimento, que tem Eduardo Bolsonaro como embaixador na América do Sul.

A proximidade entre Bannon e a família Bolsonaro aumenta a urgência de uma regulação democrática que impeça a contaminação das eleições presidenciais do ano que vem por mecanismos de disparo em massa de fake news. Bannon tem declarado que a eleição no Brasil é a segunda mais importante do mundo e que Lula, líder em todas as pesquisas de intenção de voto, é o esquerdista mais perigoso do planeta.

O ideólogo de Trump e Bolsonaro tenta repetir no Brasil a estratégia fracassada do ex-presidente norte-americano, que não reconheceu a derrota nas últimas eleições presidenciais dos EUA de 2020 e forçou uma tentativa de golpe, que resultou na invasão do Capitólio, sede do Congresso americano. O extremista tem feito coro à narrativa golpista de Bolsonaro de que haverá fraudes nas



Allan Santos/PR

NASSIF APONTA OS MALES DA MÍDIA EM “O CASO VEJA”

Em 2008, o jornalista Luís Nassif havia recém saído da *Folha* e começou a mobilizar a blogosfera com um dossiê sobre o antijornalismo praticado pela revista *Veja*. Tratava-se de uma série de artigos em que o veterano repórter denunciava as práticas da revista em plena era Lula. Nassif abordava os interesses corporativos, apontava a tentativa de destruição de reputações praticada pela revista, então dirigida por Eurípedes Alcântara e Mário Sabino. Era o auge do “jornalismo de esgoto”.

Ao desmascarar a direção da revista e, principalmente, os colunistas Reinaldo Azevedo e Diogo Mainardi – que atiravam para matar –, Nassif colocou a si próprio na mira de ataques. Sofreu toda sorte de crimes contra a honra. Como um Quixote, o jornalista – hoje responsável pelo site GGN – viu-se sozinho na mira de detratores.

Mas a denúncia causou estragos, sepultou a reputação da revista, ainda que tenha atingido pesadamente o próprio Nassif, vítima de processos e injúrias endossadas pela grande mídia. O estudo de caso avassalador não surpreendia quem vinha acompanhando a cobertura do noticiário político e econômico feito pela revista, com a cumplicidade e aquiescência de jornais como a *Folha* e a TV Globo.

Agora, o caso volta à baila ao ser lançado como um livro pela editora Kotter e está à venda no site da [Amazon](#). O livro traz um pouco da história da imprensa, do seu apogeu e da sua queda. É uma análise de como a desorganização da informação, promovida pela mídia, desestruturou todos os poderes da República. Imperdível. •

O ALVO É LULA Consultor de Trump, Steve Bannon tem trabalhado para Bolsonaro e anunciou que eleições brasileiras em 2022 são chave para a direita

eleições presidenciais brasileiras do ano que vem em razão de uma suposta falta de confiabilidade das urnas eletrônicas.

O TSE tem adotado medidas para tentar combater a fake news nas eleições, como a imposição da obrigatoriedade a candidatos e a partidos da necessidade de checagem da veracidade de informações utilizadas na propaganda eleitoral antes de divulgá-las. O tribunal também tem apostado em campanhas de conscientização e criou um canal que concentra conteúdos produzidos para rebater informações falsas. Além disso, decisão do corregedor-geral eleitoral, ministro Luis Felipe Salomão, determinou o bloqueio de repasses de dinheiro de redes para canais investigados por propagação de informações falsas sobre as eleições brasileiras.

Outra iniciativa relevante tem sido feita pelo Sleeping Giants, uma conta de Twitter que denuncia sites propagadores de fake news e pede a anunciantes que os boicotem com o objetivo de secar fontes de renda. Um de principais alvos, no Brasil, foi o “Jornal da CidadeOnline”, um site de extrema direita ligado ao bolsonarismo, que foi constante-

mente desmascarado por agências de checagem e apontado como um dos grandes propagadores de fake news.

O Supremo Tribunal Federal é outro ator fundamental que tem reagido ao avanço das notícias falsas. O inquérito das fake news, relatado pelo ministro Alexandre de Moraes, já resultou em ações contra empresários, parlamentares e influenciadores digitais ligados ao bolsonarismo. Ele determinou a quebra de sigilo bancário e fiscal de quatro empresários suspeitos de financiar notícias falsas.

O próprio Bolsonaro foi incluído como investigado no inquérito que apura a divulgação de informações falsas. Aliás, de acordo com a ONG internacional Artigo 19, Bolsonaro deu 1.682 declarações falsas ou enganosas ao longo de 2020, uma média de 4,6 mentiras por dia.

Com isso, ainda que tardiamente, as instituições começam a reagir ao esquema de fake news que deteriorou o processo eleitoral brasileiro. A questão central é se essa reação será suficiente para assegurar a realização das eleições de 2022 e garantir a posse daquele que obtiver o maior número de votos. •



REGULAÇÃO É DIREITO, NÃO CENSURA

É uma lástima que, no Brasil, cada vez que se fala deste tema, jornalistas bonecos de ventríloquos de seus patrões começam a acusar a regulamentação de “censura” e “tentativa de controle dos meios”. Trata-se de uma mentira

Jean Wyllys

Já é quase comum – para o bem e para o mal – o senso de que os meios de comunicação pelos quais as pessoas se informam e se entretêm têm algum impacto no pensamento e no comportamento das pessoas. Mas este quase senso comum está baseado em pesquisas e estudos consistentes feitos por cientistas da informação e especialistas em comunicação e política desde,



pelo menos, o final do século 19.

É deste período a emergência, nos EUA, de um fenômeno chamado “yellow journalism”, que causou tanto debate entre intelectuais quanto impactou a sociedade e a própria forma de se fazer jornal. Tratava-se de um cobertura jornalística que buscava tocar mais as emoções do leitor, sobretudo as mais baixas, em vez de seu comportamento racional.

Se na antiga União Soviética e na Alemanha Nazista, a propa-

ganda política perpetrada pelos meios de comunicação de massa em mãos de governos autoritários levou a maioria da sociedade a aceitar e desejar assassinatos em massa – e isto se passou em autocracias –, numa democracia como os EUA sob o governo de Nixon, a mídia também foi utilizada para manipular a sociedade por meio de mentiras que buscavam “justificar” o apoio dos Estados Unidos a ditaduras na América Latina.

Dada esta enorme importância dos meios de comunicação e de informação nos fatos políticos e nos destinos das populações, principalmente as mais vulnerá-

veis, as Nações Unidas incluíram o direito à comunicação e informação de qualidade no rol dos direitos humanos. Ter acesso à verdade dos fatos e à maior diversidade possível de opiniões sobre estes é um direito humano. E é justamente por conta deste direito que a mesma ONU, em parceria com instituições como Jornalistas sem Fronteiras, defende a liberdade de imprensa e o exercício do jornalismo.

Na era da comunicação da comunicação de massa – jornais impressos, rádio, cinema e televisão –, a afirmação deste direito humano exigia uma regulamentação – no sentido de um conjunto de leis, normativas e pactos firmados entre diferentes agentes – para impedir a concentração de muitos meios nas mãos de uma mesma família, empresa ou partido político. A ideia era não permitir a sobreposição do interesse do público sobre o interesse público e levar a iniciativa privada em termos de comunicação, mais interessada na exploração comercial dos meios, a conviver com uma comunicação pública forte e livre das pressões de empresas e anunciantes.

Isso foi pensado para garantir a diversidade de representação e a pluralidade de vozes nos meios. E, por fim, proteger jornalistas de assédios morais e censuras por parte de seus chefes e patrões quando suas matérias contrariam os interesses de poderosos da política e do mercado.

Se antes foi assim, agora que estamos inevitavelmente tragados por uma superestrutura global de comunicação – a internet, que absorveu e articulou, em si, todas as tecnologias anteriores da comunicação e nos colocou num fluxo ininterrupto de consumo de (des)informação e exposição à publicidade, a afirmação do direito humano à verdade dos fatos e à maior pluralidade possível de opinião demanda mais ainda a regu-

lação! Precisamos mais que nunca falar em regulamentação da mídia.

É uma lástima que, no Brasil, cada vez que se fala deste tema, jornalistas bonecos de ventríloquos de seus patrões começam a acusar a regulamentação de “censura” e “tentativa de controle dos meios”. Trata-se de uma mentira, de desonestidade intelectual e às vezes de pura ignorância mesmo.

A internet foi colonizada por empresas privadas de tecnologias da comunicação e informação e entretenimento que funcionam – e obtém seus lucros obscenos – na extração e comercialização permanente de nossos dados pessoais. E, quando digo “pessoais”, estou falando inclusive daqueles que habitam nosso inconsciente: os medos, os ressentimentos, os preconceitos e os desejos inconfessos.

Tais dados são entregues enquanto interagimos nas mídias sociais. Google, Facebook, Twitter, Instagram, WhatsApp, Amazon, Netflix e etc constituem aquilo que Shoshana Zuboff chama de “capitalismo de vigilância”. O fenômeno também é chamado por outros especialistas de capitalismo de plataforma.

O funcionamento deste capitalismo permitiu à extrema-direita, em diferentes partes do mundo, perpetrar uma propaganda política tão odiosa quanto capilar para obter sucesso eleitoral e destruir a democracia por dentro. Donald Trump e Bolsonaro são só dois exemplos disto.

As plataformas digitais se converteram em Estados acima dos Estados Nacionais – são “Estados-Plataformas”, nas palavras de Pierre Levy. O seu modelo de negócio engendrou uma infodemia da qual as fake news são apenas o mais popular dos sintomas. Essas plataformas tardaram muito, em nome de seus lucros, a conter desinformação nas mídias sociais sobre a pandemia de Covid-19,

que elevou o número de mortos aos milhões.

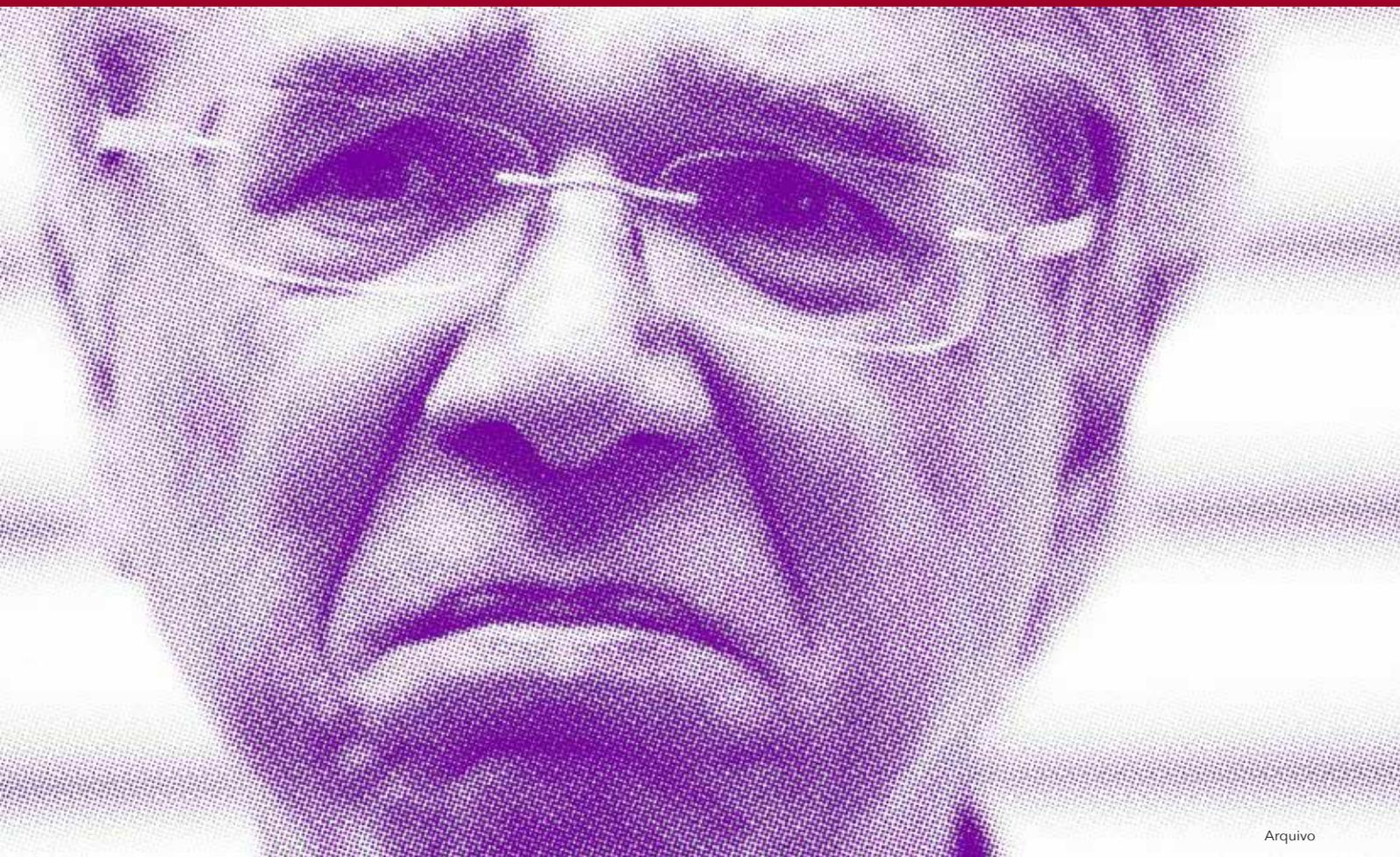
Portanto, como não falar em regulamentação da mídia? É disso que se trata esse tema, e não de censura sobre os meios. Todas as atividades numa democracia liberal precisam de uma regulamentação para se desenvolverem de maneira justa e visando garantir o direito de todos.

Peguemos, como alegoria, a regulamentação no trânsito. Se esta não existe – com seus semáforos, faixas de pedestres, limites de velocidade, ciclovias, sistemas de multas, exigência de idade mínima para se habilitar a conduzir e etc – o trânsito de veículos seria uma barbárie, com centenas de milhares de mortos todos os dias.

Logo, a regulamentação da mídia para a afirmação do direito humano à comunicação e à informação de qualidade, apenas estabelecerá regras claras que permitam que todos tenham acesso ao “trânsito”, sem que os “pedestres sejam atropelados”. Ou que indivíduos sejam destruídos por fake news e o noticiário que distorce os fatos e omite a verdade. Ou que “bicicletas sejam esmagadas por caminhões” – ou como veículos independentes (The Intercept, Fórum, Nexo, Pública e outros) também possam receber os recursos da publicidade estatal.

Os contribuintes podem financiar uma comunicação pública livre das pressões comerciais que comprometem a lisura dos meios privados ou das concessões públicas exploradas privadamente. Empresas não podem decidir, acima do Estado, quem pode ou quem não pode se locomover e a que velocidade – algo que as plataformas estão fazendo na internet. Por tudo isto, regulamentação sim, censura não. •

Jornalista e escritor, ex-deputado federal, é doutorando em Ciência Política pela Universidade de Barcelona



Arquivo

PAULO GUEDES CONSEGUIU NOVAMENTE: O PIB CAIU

As promessas vãs do governo Bolsonaro não enganam mais ninguém. Depois de destruir o mercado de trabalho, aumentar a desigualdade e reduzir investimentos, a agenda neoliberal produziu um recuo da economia de 0,1% no segundo trimestre. “Mas no ano que vem, tudo vai ser diferente”, insiste o Chicago Boy

A política econômica de Paulo Guedes, adotada pelo governo de Jair Bolsonaro, surpreendeu o mercado na quarta-feira, 1º de setembro. De onde não se esperava nada, o governo conseguiu um novo feito: a queda de 0,1% do PIB

no segundo trimestre. Apesar das promessas vazias do ministro da Economia, que briga agora com banqueiros e parte do establishment empresarial, o fato é que a atividade econômica caiu. A expectativa do mercado era de um avanço tímido de 0,2%, mas o resultado ficou abaixo.

O governo tentou dourar a pílula e, mais uma vez, as promessas de Guedes de que a economia está melhorando são como aquela canção do Roberto Carlos – “daqui para frente, tudo vai ser diferente”. O secretário de Política Econômica do Ministério da Economia, Adolfo Sachsida, disse que, com a reabertura das escolas e o avanço da vacinação contra a Covid, o setor de serviços e os investimentos privados liderarão a retomada do crescimento econômico.

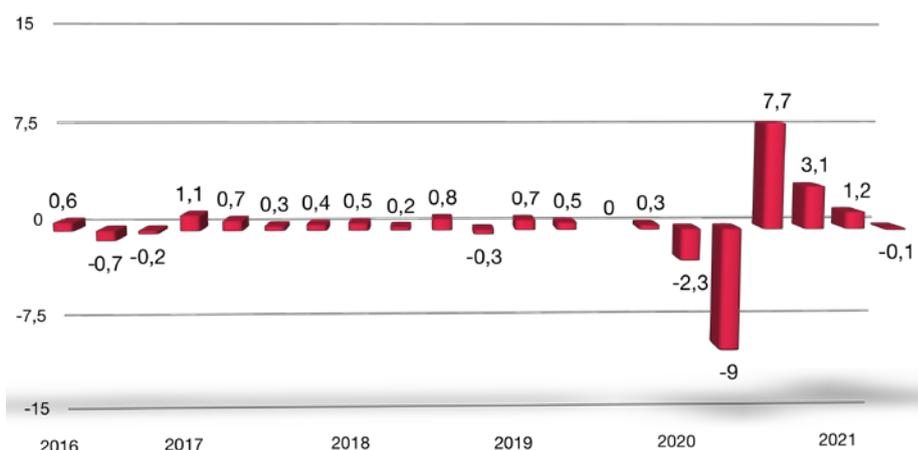
“Mais importante do que o número é a qualidade do crescimento”, disse. Em entrevista ao jornal *Valor Econômico*, o secretário teve o desplante de dizer que é preciso cuidado para analisar, por exemplo, a queda de 3,6% na Formação Bruta de Capital Fixo no segundo trimestre. “Quando se olha o acumulado, [o nível do investimento] continua alto”, disse, do alto do seu lero-lero.

Os dados oficiais são duros: a formação bruta de capital fixo, que mede o quanto as empresas aumentaram seus bens de capital – aqueles bens que servem para produzir outros bens (máquinas, equipamentos e material de construção) caiu 18% entre março e abril. E, segundo Sachsida, o resultado do PIB no – até aqui – pior trimestre da pandemia reforça a necessidade de se insistir na consolidação fiscal e nas reformas pró-mercado. Acredite, se quiser.

O fato é que a economia brasileira continua estagnada, presa pela equivocada política econômica adotada no país após a queda de Dilma Rousseff, com o Golpe de 2016. O PIB está 3,2% abaixo do ponto mais alto da atividade econômica na série histórica, alcançado no primeiro trimestre de 2014. A depender de Guedes e Bolsonaro, o futuro é incerto e as condições de recuperação da economia estão mais

Variação trimestral do PIB brasileiro

Em porcentagem, trimestre contra trimestre



Fonte: IBGE

distantes. Em 2020, a economia caiu 4,1%. Guedes promete que o PIB este ano vai crescer 5%. “A economia voltou em V e país está crescendo de novo”, balbuciou na quarta-feira. O ministro parece que não quer enxergar a realidade. Vive às cegas.

A agenda econômica do governo mostra seu desserviço à recuperação do país. Segundo o IBGE, a agropecuária, a indústria e os investimentos foram as principais influências negativas para o desempenho da economia no segundo trimestre de 2021.

Segundo o IBGE, na indústria, há influência da falta de componentes e do custo dos insumos, mas também já aparece o impacto da crise hídrica, que afeta o resultado da atividade de eletricidade e gás, água, esgoto, atividades de gestão de resíduos (-0,9%), enquanto na agropecuária a maior influência veio do café, embora a seca também afete o resultado.

Além do malogro econômico, o desemprego permanece em níveis recordes. Na terça-feira, 31, o IBGE divulgou os números do mercado de trabalho. O volume de trabalhadores fora do mercado no país é de 14,4 milhões, assombrosamente elevado, já que nos primeiros três meses do ano chegou a 14,8 milhões.

O aparente recuo no desemprego – de 14,7% para 14,1% – mostra que o governo mantém o curso da economia rumo ao abismo, já que as condições de trabalho tendem a piorar. No segundo trimestre, os subocupados chegaram a 7,5 milhões no país, aumento de 7,3% (mais 511 mil) frente ao início deste ano. Com a nova reforma trabalhista, direitos como 13º salário, férias e FGTS deixarão de existir.

Para piorar, o rendimento médio real, habitualmente recebido pelos trabalhadores empregados, recuou para R\$ 2.515 no segundo trimestre. A queda foi de 3% em relação ao primeiro trimestre de 2021 (R\$ 2.594) e de 6,6% frente ao período de abril a junho de 2020 (R\$ 2.693). Os dados foram deflacionados pelo IPCA. Ou seja, quando não perdem o emprego, os trabalhadores estão ganhando menos.

“O número de desempregados, mesmo com a queda, ainda é muito volumoso no país”, aponta o Ely José de Mattos, professor da Escola de Negócios da PUC-RS. “Há um excesso de mão de obra e isso faz com que, em um primeiro momento, a retomada no mercado de trabalho venha com salários médios menores”. •



RADIOGRAFIA DA CRISE ENERGÉTICA NACIONAL

Se o sistema elétrico brasileiro é robusto, por que os níveis dos reservatórios estão tão baixos e estamos tão vulneráveis a um racionamento ou apagões? A resposta se encontra nas falhas do processo de monitoramento e de gestão do sistema

Maurício T. Tolmasquim

Vinte anos após o maior racionamento de energia elétrica da nossa histó-



ria, o país passa novamente por uma situação de vulnerabilidade energética. Apesar da hidrologia ser pior que em 2001, o sistema

elétrico atual é muito mais robusto o que permitiria o país passar por este momento de forma menos estressante.

Nas últimas duas décadas, houve uma forte expansão da ca-

pacidade instalada que cresceu 133%. Esta taxa corresponde a cerca de três vezes o crescimento da economia brasileira e con-

sequentemente do consumo de energia no mesmo período. Ocorreu também diversificação da matriz elétrica com a redução da participação da hidrelétrica por meio do aumento das usinas termelétricas, eólicas e a biomassa. A fonte solar, apesar de ainda não ter uma participação tão significativa como as outras fontes renováveis, vem crescendo a um ritmo exponencial graças ao sistema de compensação de energia

elétrica adotado em 2012 e dos leilões realizados a partir de 2014.

Além disto, aumentou-se enormemente a capacidade de intercâmbio entre as regiões do Brasil. Em 2001, o Sul tinha água sobrando e faltavam linhas de transmissão para enviar energia do Sul para o Sudeste/Centro-Oeste. Entre 2001 e 2020, a capacidade do Sul de enviar energia para o Sudeste/Centro-Oeste aumentou 61%. Neste mesmo período, a capacidade do Norte e Nordeste de enviar energia para o Sudeste/Centro-Oeste aumentou 14 vezes.

Nos últimos meses, as regiões Norte e Nordeste contribuíram para reduzir a atual crise de abastecimento de energia do subsistema Sudeste/Centro Oeste. A partir das usinas do rio Madeira (Jirau e Santo Antônio) e de Belo Monte, a região Norte enviou grandes quantidades de energia para este subsistema. O mesmo foi feito pelo Nordeste que vem aproveitando a "safra dos ventos" para enviar o excedente de geração de energia da fonte eólica.

Neste contexto, se o sistema elétrico está mais robusto, vale a pena perguntar: Por que os níveis dos reservatórios estão tão baixos e estamos tão vulneráveis a um racionamento ou apagões em determinados momentos do dia? A resposta a esta questão se encontra em falhas no processo de monitoramento e de gestão do sistema elétrico.

De um lado, até maio deste ano utilizou-se apenas uma parte das termelétricas disponíveis para serem despachadas. De outro, em uma espécie de negacionismo energético, hesitou-se em reconhecer o grau de gravidade da crise e adotar ações mais assertivas de incentivo à redução da demanda de energia.

Só recentemente, com seis meses de atraso, o governo anunciou medidas de estímulo a diminuição do consumo de energia. Contudo,

tanto os incentivos para que os grandes consumidores de energia economizem, como as medidas relativas aos consumidores ligados as distribuidoras, serão cobertos com o aumento das tarifas do conjunto de consumidores.

Tenta-se argumentar que a conta como um todo cairá, pois com a queda no consumo se reduzirá o despacho das termelétricas mais caras. Contudo, este argumento só é verdadeiro se a situação melhorar bastante. Caso contrário,

ATÉ MAIO, UTILIZOU-SE APENAS PARTE DAS TERMELÉTRICAS DISPONÍVEIS. O GOVERNO ENTROU EM UMA ESPÉCIE DE NEGACIONISMO ENERGÉTICO

dado o nível dos reservatórios, mesmo que haja uma economia de energia, as térmicas mais caras terão de ser mantidas ligadas.

A gravidade da situação ficou ainda mais evidente com o relatório recente o Operador Nacional do Sistema (ONS) que indica a necessidade de aumentar a oferta em 5,5 GW médios, o equivalente a 7,5% da carga do Sistema Interligado Nacional. Para isto será necessário postergar as manutenções programadas das termelétricas, equacionar questões judiciais relacionadas às disponibilidades

de algumas termelétricas, importar energia da Argentina e Uruguai, dentre outras medidas.

Mesmo com estas ações, o ONS estima que na hipótese otimista os reservatórios do subsistema Sudeste/Centro Oeste atingirão o nível de 11,3%. A título de comparação, em novembro de 2001 os reservatórios destas regiões chegaram a 23%.

O mais grave é que em outubro e novembro deste ano será necessário utilizar parte importante da "reserva operativa" para garantir o atendimento da demanda. Procedimento bastante arriscado já que a "reserva operativa" é destinada para fazer face a erros de previsão de carga, erros de previsão de geração de fontes intermitentes ou a situações de contingência pela perda de unidades geradoras. Ou seja, vamos estar rodando com o estepe do carro e torcendo para que não haja nenhum acidente ou imprevisto.

Mesmo que a crise energética não resulte em racionamento ou apagão, o prejuízo para o consumidor e para a economia será enorme. Os aumentos das bandeiras para pagar as térmicas e a importação de energia, acrescidos dos encargos necessários para cobrir os benefícios aos consumidores que economizarem energia, serão somadas as revisões tarifárias periódicas.

A consequência será um forte aumento nos preços da energia. Estes aumentos serão penosos para a população que já vem enfrentando os efeitos econômicos da pandemia. Eles também afetarão a economia de maneira geral, causando impacto inflacionário com reflexos negativos na taxa de juros e no ritmo da atividade econômica. •

Professor Titular da COPPE/UFRJ, foi presidente da Empresa de Pesquisa Energética (EPE), ex-secretário-executivo do Ministério de Minas e Energia (MME) e ex-ministro das Minas e Energia



VIOLÊNCIA EM ARAÇATUBA A ousadia dos criminosos na ação espetacular ocorrida na cidade foi aterrorizante

O DESMONTE DA POLÍTICA DE SEGURANÇA PÚBLICA

O grande problema no estado de São Paulo é a investigação de crimes porque a Polícia Civil vem sofrendo um processo de desmonte contínuo, com falhas graves em sua estrutura, formação de pessoal, defasagem salarial, ausência de plano de carreira moderno e estrutura burocrática disfuncional. Há um desafio pela frente

Marcelo Fábio Vita

Na madrugada de 30 de agosto, segunda-feira, criminosos fortemente armados invadiram Araçatuba, interior de São Paulo, atacaram três agências bancárias, trocaram tiros



com a polícia, assassinaram dois moradores e feriram cinco. Ainda colocaram explosivos em pontos da cidade e usaram moradores como escudos humanos. Um dos assaltantes foi morto pela população. É o denominado Novo Cangaço, referência ao movimento armado de nômades que aterrorizava a região nordestina no final do século 19, início do século 20, cujo expoente foi Virgulino Ferreira da Silva, o Lampião.

É o denominado Novo Cangaço, referência ao movimento

armado de nômades que aterrorizava a região nordestina no final do século 19, início do século 20, cujo expoente foi Virgulino Ferreira da Silva, o Lampião.

Nos últimos anos, São Paulo registrou seis ataques desse tipo em cidades do interior, como Ourinhos, em maio de 2020; Botucatu, julho de 2020; Araraquara, novembro de 2020; Mococa,

abril deste ano; e Jarinu, julho de 2021. Importante destacar que, em 2020, o estado registrou 21 roubos a bancos. E, em 2021, até junho, 14 ocorrências foram registradas. No ano passado, a polícia apreendeu 150 fuzis e, em 2021, 79 fuzis.

O caso precipita discussão sobre a questão da segurança pública no estado mais rico da federação, como já ocorreu anteriormente em relação aos crimes de sequestro, nos anos 1990. Ou os sequestros relâmpagos, roubos e furtos a condomínios, homicídios e latrocínios, fraudes através da informática. Isso para não esquecer dos sequestros com uso de PIX. O crime evolui. Esta é a realidade.

A polícia de São Paulo é a maior do país, integrada por aproximadamente 130 mil homens, divididos entre a Polícia Militar (100 mil) e a Polícia Civil (30 mil). É bem aparelhada e dotada de meios materiais suficientes para uma atuação eficiente, apesar da defasagem salarial e de pessoal registrada nos últimos anos. Não se pode esquecer o reforço verificado pelo incremento das polícias municipais.

Em primeiro lugar, é preciso salientar que ações como a ocorrida em Araçatuba são planejadas por grupos especializados ligados a facções criminosas que normalmente disponibilizam as armas de fogo em regime de locação. Esses grupos compostos por grande número de integrantes certamente planejam suas ações considerando o sistema de segurança disponível na região, rotas de fuga, volume de recursos em dinheiro envolvido, comunicação, dentre outros. Daí a preferência por cidades situadas no interior, longe dos grandes centros.

Além do aparato ostensivo de segurança para o combate

eficaz a crimes dessa natureza, é essencial o trabalho profundo de investigação, como ocorreu no passado com crimes de sequestro. Aí reside o grande problema da segurança pública no estado de São Paulo.

Com efeito, ao longo dos anos a Polícia Civil de São Paulo, responsável pela investigação criminal, vem sofrendo um processo de desmonte contínuo, representado por falhas graves

A PM PADECE DE PROBLEMAS CRÔNICOS QUE REMONTAM SUA NATUREZA MILITAR, O QUE DIFICULTA O DIÁLOGO E APROXIMAÇÃO COM A POPULAÇÃO

em sua estrutura organizacional, seleção e formação de pessoal, defasagem salarial, ausência de plano de carreira moderno, estrutura burocrática disfuncional e distante do interesse público, desenvolvimento de atividades divorciadas dos objetivos essenciais da instituição.

Nos anos 1990 foram criadas unidades policiais em todo o estado sem o planejamento necessário e estrutura de pessoal, dividindo os poucos recursos

disponíveis, numa ação que, em meu entendimento, enfraqueceu sobremaneira a instituição e, por consequência, a investigação criminal. Até hoje o problema, embora detectado, não foi resolvido. Enquanto isso, o crime se reorganizou.

Por outro lado, a Polícia Militar padece de problemas crônicos que remontam sua natureza militar, o que dificulta o diálogo e aproximação com uma população carente e desigual como na sociedade brasileira.

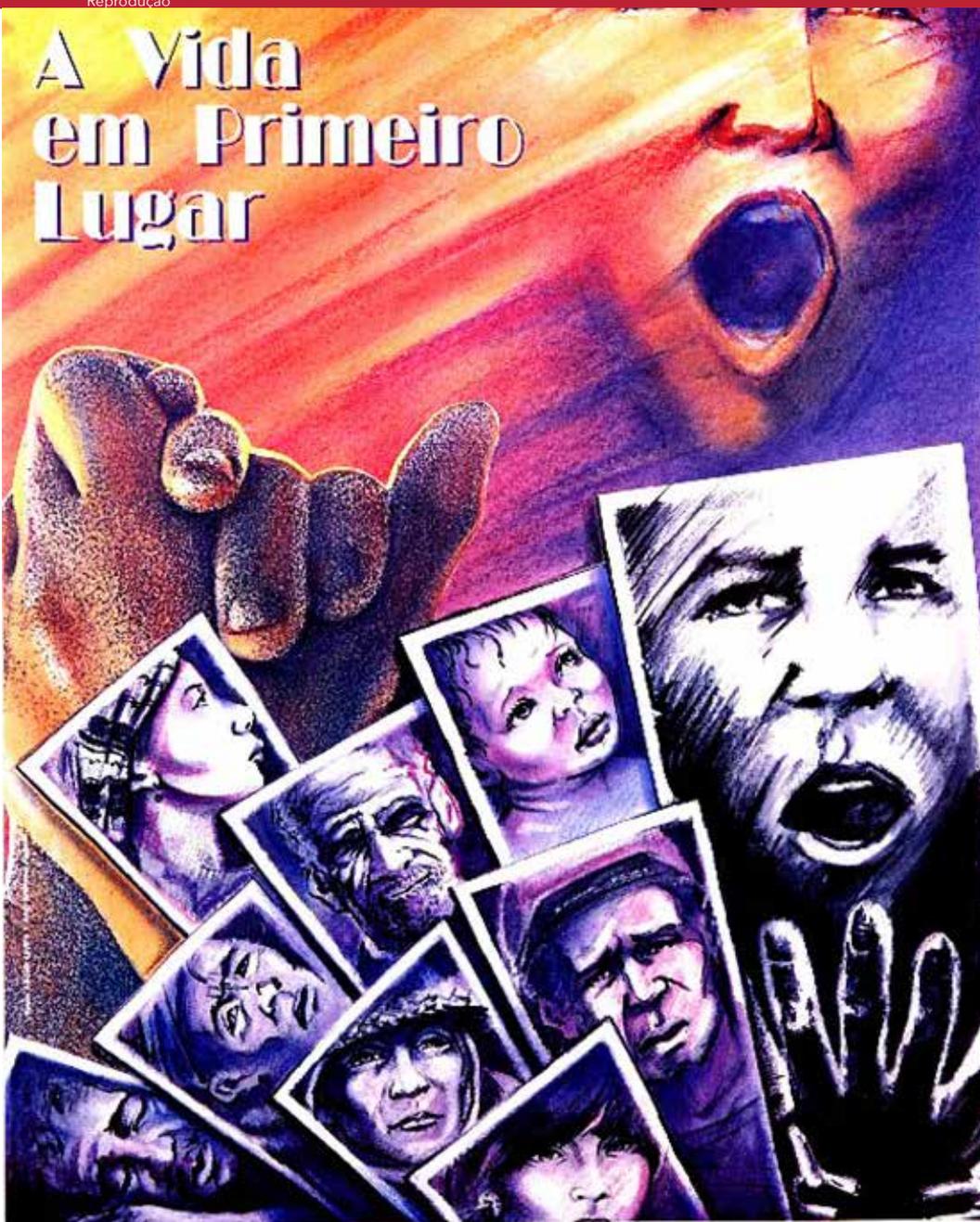
Por fim, vale salientar a dificuldade de integrar as polícias paulistas a fim de racionalizar os trabalhos, evitando duplicidade de procedimentos e invasões de competências, reduzindo custos e despesas desnecessárias com prédios, equipamentos e cursos de formação. As tentativas nesse sentido restaram infrutíferas. Apenas se agravaram com o empoderamento verificado nas polícias militares de todo o país, que tiveram um crescimento exponencial de modo a invadir áreas específicas das polícias civis, gerando conflitos inaceitáveis e demonstrativos da fragilidade do sistema.

Nesse contexto florescem crimes graves e violentos que atemorizam a população. A insegurança instala no íntimo das pessoas. Urge modificações profundas e inadiáveis. Eis o desafio que se impõe. •

Delegado aposentado da Polícia Civil de São Paulo, onde atuou por 29 anos, ocupando diversos cargos. Tem graduação em Direito pela Faculdade Padre Anchieta de Jundiá, cursos especiais relacionados à segurança pública pela Academia de Polícia de São Paulo e curso de especialização em Direito Público pela Universidade Anhanguera-Uniderp. Foi professor de Direito Constitucional e de Direito Penal na Universidade São Francisco de Bragança Paulista. Integra o núcleo de acompanhamento de políticas públicas na área de segurança pública da Fundação Perseu Abramo.

Reprodução

A Vida em Primeiro Lugar



O GRITO DOS EXCLUÍDOS
DIA 7 DE SETEMBRO/95

7 de setembro de 1995

O PRIMEIRO GRITO DOS EXCLUÍDOS

O Grito dos Excluídos realiza pela primeira vez marchas em 170 cidades brasileiras. O movimento foi uma iniciativa das pastorais sociais da igreja católica. Naquele ano, o Grito dialogava com o tema da Campanha da Fraternidade - "Fraternidade e os Excluídos". A marcha foi organizada pela Conferência Nacional dos Bispos do Brasil (CNBB) em conjunto com diversas organizações sindicais e reuniu trabalhadores e romeiros. A caminhada tinha como lema "Vida em Primeiro Lugar" e visava chamar atenção para o problema da desigualdade, tornando visível a face dos ignorados pela sociedade e buscando alternativas para a inclusão social.

3 de setembro de 1940

NASCE O ESCRITOR EDUARDO GALEANO

Nasce o jornalista e escritor uruguaio Eduardo Galeano. Dentre suas obras, destaca-se o livro "As Veias Abertas da América Latina", que exerce grande influência no pensamento de esquerda latino-americano. É perseguido durante o regime militar no Uruguai e acaba preso em 1973. Galeano escreveria mais de 40 livros traduzidos em várias línguas por todo mundo e é considerado um dos principais pensadores do antiamericanismo e anticapitalismo na América Latina.

3 de setembro de 1947

O OPERÁRIO JOSÉ IBRAHIM NASCE EM SÃO PAULO

José Ibrahim nasce em São Paulo. Aos 14 anos passa a trabalhar como operário na Co-brasma, a Companhia Brasileira de Materiais Ferroviários. Em abril de 1968, ele se destaca no movimento sindical ao liderar a última greve antes da promulgação do AI-5, que criminalizou e perseguiu a luta trabalhista e é o maior símbolo do arbítrio do regime militar. A Greve de Osasco, como ficaria conhecida, começou com 3 mil trabalhadores em Osasco, anunciando a ocupação da fábrica. Ali, começava o início de uma greve em que tropas do Exército entrariam em confronto direto com os trabalhadores. A manifestação dos trabalhadores foi a última grande greve de trabalhadores de 1968.



9 de setembro de 2013

ROYALTIES DO PRÉ-SAL PARA SAÚDE E EDUCAÇÃO

A presidenta Dilma Rousseff sanciona a Lei dos Royalties, que destina 75% dos royalties do petróleo e 50% do Fundo Social do Pré-Sal para a educação. A lei determina, ainda, que 25% dos royalties devem ser usados para a área da saúde. “Esse processo é a necessidade de darmos um salto de qualidade de ensino no Brasil”, diz, durante a cerimônia realizada em Brasília.

“Sabemos que o brasileiro precisa estudar, e os brasileiros querem estudar mais. Por isso, considero que é uma questão de emancipação esse processo de destinação dos recursos do petróleo, do pré-sal e pós-sal, para ampliar e melhorar o acesso à qualidade do ensino do Brasil”, .

Dilma destaca que as três últimas grandes descobertas de campos de petróleo foram todas no Brasil: Libra, Franco e Lula. A presidenta afirma que as prospecções dessa riqueza somarão U\$S 112 bilhões apenas em royalties nos próximos dez anos e que somente o Campo de Libra gerará recursos de U\$S 368 bilhões nos próximos 35 anos.

“São números volumosos, mas o que fica é tornar irreversível a superação da desigualdade em nosso país”, declarou a presidente no Palácio do Planalto para uma plateia repleta de integrantes de movimentos estudantis, que responderam a gritos de “ah-ahu o pré-sal é nosso.

O petróleo em camadas de pré-sal no Brasil foi descoberto pela Petrobras no fim de 2006. Pré-sal é, na realidade, a camada de petróleo que fica entre 5 e 7 mil metros abaixo da linha do mar, anterior à camada de sal – daí o nome – depositado no fundo dos oceanos. A camada de sal pode ter até 2 mil metros de espessura.

4 de setembro de 1990

APARECE A PRIMEIRA VALA CLANDESTINA

Uma tumba com 1.049 ossadas é descoberta no cemitério Dom Bosco, no distrito de Perus, em São Paulo, após solicitação de investigação feita pela Prefeitura da capital. Segundo os registros oficiais, em 1970 o prefeito Paulo Maluf havia autorizado a construção de uma vala naquele cemitério com a finalidade exclusiva de abrigar restos mortais de mendigos e indigentes. No entanto, o administrador do local, Antônio Pires Eustáquio, apontou evidências de que nem todos os corpos seriam de indigentes, como a existência de marca-passos ou incrustações em ouro e platina nas arcadas dentárias.

A Comissão de Direitos Humanos da Arquidiocese São Paulo denuncia que a vala clandestina teria sido usada para enterrar os corpos de presos políticos assassinados nos porões da ditadura militar, frequentemente em decorrência de torturas e eliminação física de dissidentes do regime. Após o recolhimento das ossadas, a então prefeita de São Paulo, Luiza Erundina (PT), dá amplo apoio à criação de uma Comissão Especial de Investigação das Ossadas de Perus.

Esta seção é fruto da parceria entre o Centro Sérgio Buarque de Holanda, da FPA, o Memorial da Democracia e o Instituto Lula.

Os textos remetem a um calendário de eventos e personalidades da esquerda que é colaborativo e está em constante atualização.

Envie suas sugestões por e-mail para memoria@fpabramo.org.br

Visite o memorialdademocracia.com.br



A HOMENAGEM DE ALCEU AO GRANDE JACKSON DO PANDEIRO

Comemorando 50 anos de carreira, o endiabrado cantor pernambucano mostra que ainda está mais vivo do que nunca

Alberto Cantalice

Em 1971, o pernambucano Alceu Paiva Valença, advogado e jornalista nascido em São Bento do Una, mas vivendo em Recife, decide abandonar as lides jurídicas e da imprensa e enveredar de vez pela carreira artística. Largou a profissão de repórter na sucursal do Recife do Jornal do Brasil e embarcou para a Cidade do Rio de Janeiro. Levava na mão um violão, algumas canções e muitos sonhos. Dava assim início a uma jornada de sucesso na Música Popular Brasileira. Fez o certo!

Lá se vão cinco décadas de carreira. Coerente com suas tradições nordestinas, Alceu sempre fez questão de publicamente exaltar esse traço de brasilidade e de compromisso com as raízes da cultura brasileira. Recentemente, em 31 agosto, escolheu a comemoração do 102º aniversário do cantor e compositor Jackson do Pandeiro (1919-1982) para render nova homenagem.

“Conheci Jackson do Pandeiro em 1972, quando o convidei para cantar comigo e Geraldo Azevedo no Festival Internacional da Canção daquele ano”, lembra. “Eu havia composto ‘Papagaio do futuro’, que falava em metáforas sobre a crise do petróleo vivida no período e, por se tratar de uma embolada, achei que Jackson traria algo de especial à canção”. Eles foram procurá-lo e quase não sai a parceria. Ao ouvir Alceu cantar o coco, um arredio Jackson abriu o sorriso e deixou a desconfiança de lado. E gritou para o povo de casa: “Venham ouvir isso aqui. Esses dois cabeludos não são cabras safados, não”.

Alceu apresentou a canção em estilo da embolada e virou um *cult*. Diz a letra: “*Estou montado no futuro indicativo/ Já não corro mais perigo, nada tenho a*

declarar/ Terno de vidro costurado a parafuso/ Papagaio do futuro num para-raio ao luar/ Eu fumo e tusso fumaça de gasolina”.

Começava ali uma brilhante carreira do músico, cantor e compositor que o levaria em pouco tempo ao sucesso. Sua estreia no Rio se deu com a música “Planetário”, no Festival de música da extinta TV Tupi. O debut não foi muito alvissareiro, pois a orquestra que fazia as bases musicais do festival não conseguiu tocar o arranjo feito por Alceu.

Em 1972, junto com o amigo e

POUCOS LEMBRAM, MAS ALCEU CHEGOU A PARTICIPAR DO FILME “A NOITE DO ESPANTALHO”, INDICADO PELO BRASIL AO OSCAR EM 1975

parceiro Geraldo Azevedo, Alceu lançava o álbum “Quadrafônico”, pela Copacabana. Dali passou pelo cinema em 1974, estrelando o filme “A Noite do Espantalho”, dirigido por Sérgio Ricardo (1932-2020). O filme foi indicado ao Oscar de 1975, na categoria filme estrangeiro. A canção “A Noite do Espantalho” foi lançada em disco também em 1974.

Pela Som Livre, Alceu gravou três LPs: “Molhado de Suor”, “Vivo” e “Espelho Cristalino”, to-

dos com mais de 100 mil cópias vendidas, dando a ele “discos de ouro”. Um sucesso merecido. A letra de Espelho mostra um Alceu inspirado: “*Essa rua sem céu, sem horizontes/ Foi um rio de águas cristalinas/ Serra verde, serra molhada de neblina/ Um olho d’água sangrava numa fonte/ Meu anel cravejado de brilhantes/ São os olhos do Capitão Corisco/ E é a luz que incendeia meu ofício/ Nessa selva de aço e de antenas/ Beija-flor, tô chorando suas penas/ Derretidas na insensatez do asfalto/ Mas eu tenho um espelho cristalino/ Que uma baiana me mandou de Maceió/ Ele tem uma luz que alumia/ Ao meio-dia clareia a luz do sol*”.

A presença de palco sempre foi um diferencial na trajetória do conterrâneo de Luiz Gonzaga, o Rei do Baião. Influência que tanto Alceu faz questão de destacar. Em “Vivo”, gravado no show “Vou Danado Pra Catende”, grande sucesso de público e de crítica, Alceu permaneceu em longa temporada no teatro Tereza Raquel, no Rio. Nesse espetáculo também se inicia uma parceria com o lendário guitarrista Paulo Rafael (1955-2021), responsável acordes e solos em dezenas de canções inesquecíveis.

Incontáveis sucessos nas rádios por todo o Brasil e até pelo mundo surgiram nos 50 anos de carreira de Alceu. Os álbuns “Cavalo de Pau”, “Anjo Averso” e “Estação da Luz” passaram de 2 milhões de cópias vendidas. Ao todo, lançou entre discos de estúdio e gravações ao vivo, 38 álbuns do cancionista popular.

Em julho, Alceu lançou o álbum “Saudade”, onde faz releituras de canções de outros discos e também uma música inédita. Gravado na pandemia do Covid-19, o trabalho aponta sua saudade dos palcos e sua crença no futuro do país. Sem negacionismo e com democracia. •



SÉRGIO MAMBERTI, PRESENTE!

O país perde um dos grandes nomes da dramaturgia nacional e o PT, um dos seus mais destacados militantes e agitadores culturais. Lula, Dilma, Gleisi e Mercadante lamentam morte do ator

O Brasil perdeu, na última sexta-feira, 3 de setembro, o ator e produtor teatral Sérgio Mamberti. Ele morreu aos 82 anos, em decorrência de falência múltipla dos órgãos. Os ex-presidentes Luiz Inácio Lula da Silva e Dilma Rousseff, além da direção do Partido dos Trabalhadores e da Fundação Perseu Abramo lamentaram a morte de Mamberti, um dos gigantes da dramaturgia brasileira.

“Sérgio Mamberti foi um dos maiores atores da história do Brasil, além de escritor e diretor, um homem de teatro completo, e um ser humano de coração e generosidade imensas, sempre disposto a ajudar e lutar pela democracia, pela cultura, pelas causas sociais, a fazer o bem ao próximo”, disse Lula.

“A morte de Sérgio Mamberti priva o país de um dos maiores atores de nossa história e de um grande defensor da cultura bra-

sileira”, disse Dilma. “Ele lutou sempre pela democracia e se opôs decididamente à regressão política e cultural que atinge o Brasil desde o Golpe de 2016”.

Fundador do PT, o ator foi a voz do partido em dezenas de vídeos. “Foi um bravo militante do movimento Lula Livre. Tive o privilégio de tê-lo ao meu lado, atuando no Ministério da Cultura, e sentirei muita falta de sua força, criatividade e bom humor. Minha solidariedade à sua família”, declarou a ex-presidenta.

“A carreira de Serginho, como carinhosamente era chamado pelos amigos, foi marcada por grandes atuações ainda na década de 1960, quando fez parte do histórico grupo Decisão e foi premiado por sua atuação na peça ‘O Balcão’ de Jean Genet”, lembrou Gleisi Hoffmann, em nota.

“Teve uma vida dedicada à arte, à luta pela democracia e por justiça social”, disse o presidente da Fundação Perseu Abramo,

Aloizio Mercadante. “Sérgio era um militante do PT sempre solidário e disponível para as boas causas. Perda irreparável!”

Sérgio Mamberti atuou no cinema, fazendo “Toda nudez será castigada”, “Fogo e paixão”, “Agosto”, dentre outras obras. Na televisão, marcou época como o mordomo Eugênio, de “Vale Tudo” e ganhou os corações de uma geração de crianças e adolescentes como o Dr. Victor, do “Castelo Rá-tim-bum”, da TV Cultura.

O ator aliou a vida como ator e militante político. Resistiu à ditadura militar e, nos anos 1970, lutou pela Anistia e foi um dos líderes do movimento que garantiu o reconhecimento da profissão de artista no final daquela década. Foi um dos fundadores da Secretaria Nacional de Cultura do PT. Militante dedicado, era membro nato do coletivo de cultura, sempre acompanhando com dedicação a vida partidária e lutando pela importância da cultura na luta política. •



PROGRAMAÇÃO

02/08 a 06/09
segundas-feiras
19 horas, online

Mesas:

02/08 | Abertura: Paulo Freire, vida e obra

09/08 | Paulo Freire e o PT

16/08 | Gestão pública democrática
numa perspectiva freireana

23/08 | Paulo Freire e as políticas
públicas de educação

30/08 | Educação e política em
Paulo Freire

06/09 | Matrizes do pensamento
freireano



TRANSMISSÃO:

 /fundacao.perseuabramo

 /FundacaoPerseuAbramo



BRASIL: CINCO ANOS DE GOLPE E DESTRUIÇÃO

SANDRA BRANDÃO | (ORG.)

APRESENTAÇÃO | DILMA ROUSSEFF

PREFÁCIO | ALOIZIO MERCADANTE

O livro está disponível no site
da Fundação Perseu Abramo
fpabramo.org.br

